



O SR. PRESIDENTE (João Daniel. PT - SE) - Declaro aberta esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, destinada a debater os dados divulgados no Atlas da Violência 2018.

A audiência atende a requerimento de nossa autoria aprovado no âmbito desta Comissão.

Quero saudar todos e todas aqui presentes e agradecer por terem atendido ao nosso convite. Nós acompanhamos e temos debatido esse tema com a sociedade, a qual temos ouvido. Temos uma grande preocupação com relação ao tema.

O Presidente da Comissão de Direitos Humanos, o nosso grande companheiro Deputado Luiz Couto, não está presente, mas eu gostaria de dizer que ele nos solicitou que fizéssemos uma grande saudação também. S.Exa. está em diligência em nome desta Comissão, fora da Câmara.

Quanto aos membros desta Comissão, quero saudar os nossos companheiros que estão aqui: o Deputado Adelmo Carneiro Leão, do Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais; o companheiro Nilto Tatto, Deputado Federal do PT de São Paulo; e a Deputada Janete Capiberibe, do PSB do Amapá.

Também estão aqui as assessorias de outros Parlamentares que nós iremos citar.

Havia sido previsto que uma delegação estivesse presente aqui. Eu gostaria, Manuel, que a assessoria verificasse se eles estão chegando, para que possamos trazê-los para o plenário.

Nos últimos 2 anos, o Brasil voltou a conviver com inúmeras situações que precisam ser superadas e que preocupam as famílias e o País, como a mortalidade infantil. Voltaram a crescer doenças que estavam controladas, como o sarampo, a poliomielite. Toma conta do Brasil, de volta, o Mapa da Fome, do qual ele tinha saído em 2014.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, o retrocesso é provocado por cortes nas políticas públicas, nos programas sociais.

O Atlas da Violência 2018 traz um recorde de homicídios: pela primeira vez na história, o número superou a casa de 60 mil em 1 ano.

Nós convidamos uma representação, aprovada nesta Comissão, para debater esse tema. São pessoas e instituições que têm dados, informações e credibilidade.

Antes de chamar a Mesa, também quero parabenizar e saudar toda a juventude que caminha na grande marcha que hoje chegará a Brasília, que luta pela democracia, que



luta pelo direito da libertação do Presidente Lula, de ser cumprida a nossa Constituição, que luta pelo direito de o Presidente Lula ser candidato.

Nós não podemos deixar de registrar que vivemos um período de golpe em nosso País e que o Presidente Lula hoje é um preso político. Esta Comissão não pode se furtar de debater, de discutir.

Portanto, nós estamos em um dia de luta. Sete companheiros e companheiras estão em greve de fome desde o dia 1º. Marchas chegarão a Brasília para o ato de amanhã. Esta audiência também faz parte, não está fora desse tema, que é debater o Brasil, os problemas sociais e suas causas. Uma das grandes causas dos nossos problemas é que, quando o Estado deixa de ter políticas públicas fortes, de inclusão efetiva, volta a questão da violência, da matança, da chacina, da situação que todos aqui sabem, pois conhecem a realidade de cada Estado, de cada região.

Hoje também completam-se 5 meses do assassinato da Vereadora Marielle Franco, que é uma lutadora dessa causa em defesa da periferia, em defesa da juventude, em defesa do povo trabalhador, e também do motorista que estava naquela ocasião, o Anderson. Apesar da intervenção federal no Rio de Janeiro, até o momento, não há um esclarecimento real, uma comprovação, uma apuração dos fatos.

Portanto, nós estamos também querendo hoje registrar a nossa preocupação, indignação e compromisso com tudo que ocorre de violência na nossa juventude, para que ela seja apurada, tenha punição em todos os casos. O caso de Marielle Franco é diferente porque se trata de um assassinato político.

Mas eu quero chamar para a mesa, para debater conosco, o Sr. Helder Rogério Sant'ana Ferreira, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA; a Sra. Maria de Fátima Marinho de Souza, Diretora do Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde — DANTPS, da Secretaria de Vigilância e Saúde, do Ministério da Saúde; a Sra. Roseli de Oliveira, Coordenadora-Geral de Políticas Temáticas de Ações Afirmativas, do Departamento de Igualdade Racial, do Ministério dos Direitos Humanos; a Sra. Maria Taíres dos Santos, líder do Juventude Quilombola; o Sr. Gerfferson Santos Santana, conhecido em Sergipe como Mano Sinho, líder do movimento da periferia da Grande Aracaju, nosso grande companheiro de luta, e líder do movimento *hip-hop*; a Sra. Jessy Dayanne Silva Santos, Vice-Presidente da União Nacional dos Estudantes — UNE, que



também é uma grande companheira e liderança da luta da juventude; a Sra. Rita Cristina de Oliveira, Defensora Pública da União, Coordenadora do Grupo de Trabalho Políticas Etnorraciais, da Defensoria Pública da União do Paraná — DPU-PR.

Eu queria agradecer a todas e todos os debatedores aqui e dizer que esta audiência está sendo transmitida pela *TV Câmara* e registrada por outros meios de comunicação. Também agradecemos todo o empenho da assessoria da Comissão de Direitos Humanos e das assessorias dos demais Parlamentares. Está aqui a assessoria do Deputado Rubens Otoni, que depois também vai fazer uma fala; está aqui a assessoria do nosso querido Deputado Paulo Teixeira; estão aqui as assessorias de outros mandatos, que podem trazer seus nomes aqui para que possamos registrá-los; estão aqui os assessores do Deputado Patrus Ananias, nosso grande companheiro, e também da Liderança da bancada do Partido dos Trabalhadores.

Mas quero agradecer à assessoria da Comissão de Direitos Humanos, a todos e todas os que fazem essa assessoria e enfrentam, no dia a dia aqui, um grande debate.

Quero agradecer de antemão e dizer que todos que estão aqui poderão presidir esta Mesa também: a Deputada Federal Janete Capiberibe, uma grande Deputada desta Casa; o Deputado Adelmo Carneiro Leão; o Deputado Nilto Tatto e outros Parlamentares que aqui vierem.

Ainda quero agradecer à assessoria do nosso mandato, às assessorias das Lideranças do PPS, do MDB e do PSB. Agradecemos a presença aqui.

Todos aqui sabem as normas deste debate. Estão aqui o Beto e o pessoal da assessoria. Quem acompanha pela Internet pode enviar perguntas. Já está o endereço aí na tela para que quem estiver acompanhando pela Internet possa participar, compartilhar, divulgar e também perguntar, fazer suas colocações durante o debate, por escrito, via rede. E aqui, dentro das possibilidades, faremos o registro.

Nós daremos 10 minutos para cada expositor ou expositora. Todos aqui anotem o horário porque, quando chegarem os 10 minutos, nós daremos até mais 5 minutos, se necessário. Pode ser assim? *(Pausa.)*

Então, iniciamos aqui o nosso debate pelo Helder Rogério Sant'ana Ferreira, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA.



Nós lhe agradecemos, Helder, pela presença e pelo compromisso em nome do IPEA.

O SR. HELDER ROGÉRIO SANT'ANA FERREIRA - Obrigado.

Eu queria, inicialmente, cumprimentar o Deputado João Daniel, na pessoa de quem cumprimento toda a Mesa. Vou tentar ser rápido porque são só 10 minutos. Quero cumprimentar os Deputados e todos e todas os aqui presentes.

Quero dizer que é um prazer estar aqui e poder trazer um pouco dos dados que temos do Atlas. Não quero me deter muito na discussão sobre questões de prevenção e tudo o mais, para deixar essa discussão para o grupo mais qualificado que está aqui presente.

Quero agradecer também à *TV Câmara* a audiência e aos demais telespectadores.

(Segue-se exibição de imagens.)

Quero dizer que o Atlas é uma parceria do IPEA e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e envolve uma série de pesquisadores, liderados pelo Daniel Cerqueira.

O roteiro da minha apresentação seria, mais ou menos, trazer um pouco da análise do Atlas da Violência 2018; fazer uma síntese bem rápida dos dados, concentrar-me na questão principal aqui, que é trazer alguns dados sobre a questão de homicídios de negros e mulheres, principalmente para destacar o número de homicídios cuja vítima é a mulher negra; além de trazer pequenas questões em relação à prevenção.

Esse é um infográfico que traz uma síntese do *Atlas da Violência 2018*.

Como o Deputado disse, houve um recorde de homicídios em 2016, com 62.517 casos.

Os dados do *Anuário Estatístico do Fórum Brasileiro de Segurança Pública* e os dados da área de segurança pública dão a entender que esse número, em 2017, será ainda maior.

No caso de 2016, então, houve um aumento de 14% em relação a 2006. Em relação a 2015, houve um aumento de 5% — ou seja, um grande aumento de 2015 para 2016.

Destacam-se maiores taxas de homicídio em Sergipe, em Alagoas e no Rio Grande do Norte. Sergipe registra 67,7 homicídios por 100 mil habitantes.



Sobre a questão das armas de fogo, 71,1% dos homicídios foram praticados com arma de fogo, o que causa uma grande preocupação quando aparecem discussões sobre revogação ou flexibilização do Estatuto do Desarmamento.

No tocante à questão da juventude perdida, já mencionada pelo Deputado João Daniel, foram 33.590 jovens assassinados no Brasil, em 2016. Esses dados são do Ministério da Saúde e baseados no Sistema de Informações sobre Mortalidade, dirigido e estruturado pela política de saúde.

A taxa de homicídios de jovens é superior à taxa das outras faixas etárias, que é em torno de 30,3 homicídios por 100 mil habitantes. Entre os jovens, a taxa de homicídio é mais do que o dobro: 65,5 homicídios por 100 mil habitantes. As piores situações estão nos Estados de Sergipe e Rio Grande do Norte, havendo uma concentração, principalmente, em Estados do Nordeste. Mas aparecem outros também em destaque, como Rio de Janeiro e Goiás.

Há claramente a questão da desigualdade racial conectada com a questão do racismo. Então, a taxa de homicídios cujas vítimas são negros está em 40,2; enquanto a taxa de homicídios de não negros está em 16 por 100 mil habitantes, menos da metade.

Em 2016, a taxa de homicídios de negros equivale a duas vezes e meia a taxa de não negros.

A taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%, de 2006 a 2016; em contraposição, a taxa de homicídios de não negros teve uma redução de 6,8% nesses 10 anos.

Sobre a questão de gênero, raça e violência letal, a taxa de homicídios de mulheres é 4,5 por 100 mil habitantes, bem inferior à taxa de homicídios de homens. Mas, novamente, a morte de mulheres negras é maior do que a morte de mulheres não negras. A taxa em relação às mulheres negras é de 5,3 homicídios por 100 mil habitantes; a de não negras, 3,1.

De novo, em 10 anos, a taxa de homicídios de mulheres negras aumentou em 15,4%, e entre as mulheres não negras houve queda de 8%, apesar de todas as políticas implementadas, apesar do crescimento econômico até 2014 e de avanços em termos de estruturação de secretarias e de conselhos. Apesar de várias iniciativas efetuadas, os resultados estão mostrando o aumento da desigualdade, em termos de homicídios.

O *Atlas* também traz a questão de estupro. Neste caso trabalhamos com outro sistema de informações do Ministério da Saúde.



Há uma concentração entre crianças até 13 anos. E esses são os dados sobre o que é notificado, que chega a mais de 50%. A ocorrência na faixa etária acima de 18 anos corresponde a 32% dos casos. E, quanto aos adolescentes, de 14 a 17 anos, o percentual é 17%. Há uma maior concentração entre mulheres, mas também há homens que são vítimas.

E quem é o agressor? Pelos dados registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação — SINAN, do Ministério da Saúde, 30% dos casos de estupro contra crianças são perpetrados por familiares próximos, como pais, irmãos e padrastos. Isso nos traz a uma discussão que tem de ser feita de maneira cuidadosa, mas que leva à reflexão não só para o perigo que vem de fora, da rua, mas também para a própria questão interna, das famílias.

Os dados apontam para o seguinte: 46,1% das pessoas adultas foram vítimas de pessoas conhecidas, o que gera uma preocupação muito grande, mostrando a forte questão de gênero, de uma sociedade patriarcal e de homens que não se enquadram no perfil que é mais divulgado, ou seja, aquele do criminoso, do traficante. Mas é essa pessoa considerada comum que comete o estupro.

Eu já falei mais ou menos sobre isso, que é a questão dos homicídios contra negros. Então, de cada 100 pessoas vítimas de homicídio em 2016, 71 eram negros. Eu já falei que esse viés de letalidade contra os negros era alto, e continua aumentando.

Esse gráfico traz as diferenças nas taxas de homicídio de negros e não negros em 2016.

Esses dados mostram claramente — só para ajudar a interpretar o gráfico — que, em Alagoas, essa sobremortalidade de negros chega a 1.600%, muito superior à de não negros. E apenas no Estado do Paraná houve uma maior mortalidade de brancos.

A essa tabela vocês podem ter acesso por meio do *site* do IPEA. O *Atlas da Violência 2018* traz todas essas tabelas lá.

Aqui eu gostaria de chamar a atenção para a demonstração do que já foi falado no âmbito do Brasil, ou seja, que a taxa de homicídio de não negros está estabilizada, ou até caindo um pouco, cerca 5%. Mas isso vai ser diferente quando olharmos os dados sobre os negros. E já houve casos de crescimento, sim, entre os não negros, como no caso do Rio Grande do Norte, onde se registrou 118%. E houve Estados que registraram queda, como foi o caso de São Paulo, de 47,2%.



Agora eu mostro uma tabela com a taxa de homicídio de negros por 100 mil habitantes, que mostra, na primeira linha, referente ao período de 2006 a 2016, um crescimento de 23,1%, sendo que, de novo, olhando o Rio Grande do Norte e São Paulo, naquele Estado a taxa de homicídio de negros, na comparação desses 2 anos, cresceu 321,1%; em São Paulo, a queda foi semelhante à de não negros.

Quanto aos homicídios contra as mulheres, já foi falada aqui a taxa, que cresceu nesse período.

Há dados sobre alguns Estados onde a taxa mais cresceu e onde se conseguiu uma redução.

Essa outra tabela mostra o Brasil, onde cresce a taxa de homicídio de mulheres. Mas a melhoria veio apenas para as mulheres não negras. Como eu falei, houve uma redução das taxas para as não negras e um aumento para as mulheres negras. E a diferença de taxas, em 2016, é de 71% a mais para as mortes de mulheres negras.

O *Atlas* tenta trazer também alguns exemplos de projetos desenvolvidos na área de prevenção à violência, tentando destacar a importância de projetos que sejam avaliados e que tenham evidências de resultados.

Esse é outro exemplo de programa orientado para a questão emocional, autorregulação e crianças adolescentes.

Aqui trago alguns exemplos internacionais, porque, infelizmente, no Brasil, a avaliação ainda precisa avançar muito. Acho que tem muito empenho, criatividade, inovação, mas a gente precisa avaliar os projetos, para aprimorá-los e, eventualmente, replicar os que são bem-sucedidos.

"Prevenção: o que funciona?". Isso eu retirei da referência bibliográfica que está logo abaixo, uma referência internacional. A importância de estratégias multissetoriais sustentáveis, tipos de estratégias. Fortalecimento de relação entre crianças e cuidadores; desenvolvimento de habilidades sociais; reforço educacional; tutoria; ações de controle do uso do álcool; intervenções urbanas; programas sociais de maneira geral; inclusive questões de violência doméstica e violência de gênero; cultura de paz; respeito aos diferentes. Não está aí, mas está incluída a questão do racismo. Por fim, citamos a solução pacífica de conflitos.

Eu trouxe dúvidas também para o debate: o que podemos fazer frente ao racismo? O Brasil já tem política de cotas; pode-se, talvez, avançar nisso, mas essa política já se



iniciou. Criminalizou-se o racismo também. Há propostas e projetos de conscientização e de educação e boas práticas. Ou seja, refiro-me a projetos que estão, de fato, fazendo diferenças em termos locais e o que podemos tentar no Brasil como boas práticas nessa área.

E outra questão é: como fazer uma articulação nacional para o enfrentamento do problema dos homicídios de jovens? O Brasil já tentou fazer plano, já teve um programa, o PRONASCI, que inclusive foi aprovado pela Câmara dos Deputados. Mas o problema é como conciliar a criatividade que existe em várias iniciativas, a vontade local de fazer e atuar com a busca por efetividade, ou seja, projetos que consigam trazer resultados mesmo.

É isso. Muito obrigado a todas e a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Daniel. PT - SE) - Muito obrigado, Hélder Rogério Sant'ana Ferreira, que falou aqui em nome do IPEA.

Nossa segunda expositora será a Maria de Fátima Marinho de Souza, Diretora do Departamento de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde, da Secretaria de Vigilância e Saúde do Ministério da Saúde.

Ao mesmo tempo, chamo para presidir esta audiência o nosso querido companheiro Adelmo Carneiro Leão.

O SR. PRESIDENTE (Adelmo Carneiro Leão. PT - MG) - V.Exa. está liberado.

Com a palavra Maria de Fátima Marinho de Souza.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA MARINHO DE SOUZA - Obrigada pelo convite.

Boa tarde a todos e a todas.

Não vou repetir o que o colega do IPEA falou, pois inclusive ele utilizou os dados da área da saúde em relação ao homicídio. Esse é um dado nosso.

Nós vamos misturar um pouco os temas, porque o homicídio acaba sendo destaque quando se fala de violência, mas, na realidade, ele é a ponta final dessa cadeia de violência, que se origina em outro processo que se constitui especialmente nas comunidades e dentro da família.

(Segue-se exibição de imagens.)

Este eslaide traz o conceito de violência da Organização Mundial da Saúde. Por que a área da saúde começa a entrar na temática da violência? Por causa do impacto que a



violência traz à saúde: mortos e feridos passam pela saúde. É por isso que nós coletamos esses dados. O impacto no adoecimento populacional é extremamente alto.

A violência é complexa e multicausal. Envolve várias tipologias. Todos estão falando de homicídio. E o suicídio? É parte da violência também. E mais: os casos vêm aumentando, como os de homicídio.

Há naturezas diversas da violência: a violência física, a violência sexual, a violência psicológica, a negligência, a violência patrimonial, que é a que mais incomoda de maneira geral, a violência relacionada às estruturas sociais, econômicas e políticas, a violência determinada pela desigualdade, a violência ligada a aspectos culturais e comportamentais e, finalmente, a violência de gênero, que é muito alta, embora as mulheres não apareçam muito nos dados de homicídio. Provaremos isso em breve, com uma boa análise sobre o assunto.

O papel do setor da saúde começa na vigilância, ou seja, na observação e na análise de situação. É o mínimo para orientar uma política pública. Além disso, atuamos na prevenção da violência com alguns projetos; na promoção da saúde e de uma cultura de paz; no cuidado com a vítima, porque todas vêm para o setor da saúde — somos nós que damos a elas atendimento; na comunicação do problema, em uma tentativa de formar uma rede, de acordo com o nosso fluxo de informação com o sistema que eu chamarei de jurídico-policial; na influência, e, a partir disso, na formulação de políticas e na alocação de recursos; na capacitação e educação permanente em saúde; no monitoramento e na avaliação.

Eu vou deixar a apresentação para que depois todos vejam melhor como nós estruturamos um sistema para observar a violência, coletar dados e, com isso, alimentar a formulação de políticas públicas.

Nós temos referências legais. Há o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso, por exemplo. A Lei nº 10.778, de 2003, trata da notificação de violência contra a mulher que for atendida em serviço de saúde público ou privado. A notificação é obrigatória para crianças — no caso de uma mulher adulta, depende do seu consentimento. Há portarias também. A Portaria nº 104, de janeiro de 2011, inclui a violência doméstica, sexual e outras na lista de notificação compulsória em todo o território nacional, atualizada pela Portaria nº 204, de 2016, e pela Portaria nº 1.271, de



2014, que inclui a violência sexual e a tentativa de suicídio na lista de notificação imediata — em até 24 horas pelo Município.

A vítima de violência passa pelo serviço de saúde com diferentes queixas de saúde, especialmente as mulheres e as crianças. Muitas vezes isso passa como o famoso nervosismo, hipertensão ou diabetes. Todas são vítimas de violência com repercussão em sua saúde. Cabe a nós captar, perceber, separar, identificar, entrevistar e notificar esses casos, reconhecendo a violência. Há todas essas portarias regulando notificações sobre suspeitas e confirmações. É obrigatório para todo profissional de saúde notificar esses casos.

Vemos aqui a notificação compulsória interpessoal e autoprovocada, sempre com o objetivo de um cuidado à saúde integral para essas vítimas de violência. Essa notificação interpessoal ocorre para homens e mulheres em todos os ciclos da vida, seja violência domiciliar, sexual, autoprovocada. Há notificação de trabalho escravo, de tortura. Entram vários tipos de violência nessas notificações. Recentemente, entrou a violência comunitária ou extrafamiliar. Tivemos também a entrada da população LGBT, com obrigatoriedade de notificação.

Esta é a nossa ficha. Não vou entrar em detalhes, mas coletamos dados tanto da pessoa quanto do agressor, além da descrição da situação. Aqui estão alguns resultados. Primeiro, vocês podem ver que a notificação é crescente. Claro, há mais notificações, mas também houve aumento real. Especialmente o que temos observados em vários outros sistemas, quanto à mortalidade, é que houve um aumento grande de morte por violência e um aumento das notificações também, de 215% desde 2011.

De 2011 a 2017, tivemos, mais ou menos, 1 milhão e meio de notificações. Isso porque nós somos da área da saúde; nós não somos da delegacia de polícia. Então, captar essa vítima é um trabalho do profissional de saúde. Às vezes, vem com a violência explícita; outras vezes, implícita, manifestando-se através dos sintomas captados. No caso das crianças, geralmente são os pediatras que observam a agressão sexual.

Com relação a essas notificações, só contra o sexo feminino foram 1 milhão; contra o sexo masculino, quase 472 mil notificações nesse período, desde 2011, quando começou o sistema. O total é de 1 milhão e meio de notificações. Brancos e negros. Mulheres brancas: 41%; negras: 43%. Indígenas: 0,7%; ignoradas, raça e cor: 15%. Homens brancos: 38%; negros: 43%. A violência não é um privilégio de classe. Esse tipo



de violência doméstica ocorre em todas as classes sociais, mas captamos mais a do pobre, porque ele vem para o sistema público. No sistema privado há menos notificações.

Com relação à violência contra mulheres, segundo raça e cor, nós temos análises por faixa etária. O primeiro gráfico mostra que, com relação às mulheres negras, essa violência depende da idade: quanto mais jovem, mais há notificações de mulheres negras; quanto mais velhas, vai mudando a proporção, e há mais mulheres brancas. Então, há uma mudança de acordo com a faixa etária. Isso também vale para os homens. O mesmo comportamento que há para mulher há também para homens, segundo os dados.

Eu peguei uma análise de todas as violências, separando violência física. Houve 670 mil notificações de violência física contra mulheres e 307 mil contra homens. Do total de notificações de agressões físicas contra mulheres, 43% foram de mulheres negras; e o mesmo percentual vale para os homens, com um pouco menos, 41%.

A violência psicológica existe. Geralmente, no início, a violência é psicológica, mas depois se transforma em violência física, chegando ao feminicídio, ao suicídio ou ao adoecimento da vítima. Foram 320 mil casos contra mulheres e 65.570 contra homens, divididos entre negras e brancas. Os senhores podem analisar que há uma proporção muito similar de 42% a 45%.

Com relação à violência sexual, há uma mudança. Nós tivemos 166 mil notificações contra mulheres e 23.690 contra homens, geralmente meninos, no caso dos homens. A lesão autoprovocada, que é a tentativa de suicídio, atinge muito mais as mulheres, 162.700 mulheres; 82 mil homens. Os homens morrem mais por suicídio, mas as mulheres tentam mais o suicídio. Essa notificação de violência também é de repetição. Então, entre mulheres negras e as brancas, eu tenho dados muito similares: 45% se referem à violência de repetição, ou seja, passa por uma notificação, outra notificação, etc. O problema não é resolvido. Há notificação para o sistema jurídico policial, mas o problema continua, e a vítima continua sofrendo esse tipo violência.

Com relação a essas violências sexuais contra crianças e adolescentes, é importante chamarmos a atenção, primeiro, porque as vítimas são bastante frágeis e, segundo, porque elas vivem prisioneiras da violência. No caso de crianças negras — e os senhores podem analisar —, seja menina ou menino, ou os adolescentes, há muito mais notificações por violência sexual.



Nós não achamos que as famílias negras — 45%, intrafamiliar — são mais violentas, apenas captamos melhor os dados delas, porque elas vão para o SUS. No caso das que não vão para o sistema de saúde público, há menos notificações, porque, como foi dito aqui, são pais de família, são pessoas do bem, inclusive, pessoas respeitadas socialmente. Quando passa pelo sistema público, o pediatra identifica o problema. É obrigatória a notificação, ele sabe que é, mas, se vai para o sistema privado, ele já vai pensar no nome do pai: *"Mas o pai é uma pessoa importante, é um professor, é um doutor, é um advogado, é um juiz. Ele não pode ser criminalizado, pois, afinal, todo mundo pode errar na vida."*

Então, essa violência intrafamiliar é muito relativizada e depende da classe social. Isso vale para as agressões contra as mulheres também. Por que captamos mais esses dados? Porque elas vão para o SUS. Você vê que ela foi agredida, mesmo que ela diga que caiu, você capta isso numa entrevista. Mas, se não fizer isso, você não vai captar, porque ela vai dizer que caiu em casa, porque, afinal, ele é um homem bom. É isso que muitas nos falam antes de eles a matarem. *"Mas ele é um homem bom."*

Eu quero chamar a atenção porque essa violência é uma violência invisível, difícil de captar. Ela está escondida no lugar onde as pessoas deveriam estar seguras, que é dentro de casa.

Em relação ao homicídio, eu trouxe duas coisas. Só para os senhores entenderem, o lado esquerdo do gráfico mostra as regiões onde houve redução de homicídios. Então, o homicídio foi reduzido principalmente onde? Nas capitais e na Região Sudeste, principalmente devido aos dados de São Paulo. Onde ele cresce? Ele cresce no Norte; no Nordeste; no Centro-Oeste; e no Sul, muito por conta do Paraná. E ele cresce para o interior, para cidades que não são capitais. Ele cresce nas Capitais da Região Nordeste, mas, na Região Norte, ele cresce no interior dos Estados.

Por que o homicídio, especialmente de homens, cresce? Monitoramos homicídios há muito tempo. E, há muito tempo, estamos avisando que ele vem crescendo no interior. Ele cresce junto com o crime organizado, chegando ao Nordeste e ao Norte. Ele chega a essas regiões e entra em confronto com os grupos locais pelo controle de território, o que gera um excesso de homicídios. Há também a busca de novas rotas de tráfico. Existem muitas coisas associadas a esse processo de interiorização do número de homicídios.



O próximo gráfico já mostra o homicídio de mulheres. Fizemos a projeção até 2020 só para que os senhores vejam que prevemos uma grande disparada de homicídio de mulheres na Região Centro-Oeste, seguida das Regiões Norte e Nordeste, que estão acima da média do Brasil. Onde projetamos maior violência é onde captamos mais agressão contra a mulher, mais estupro; aliás, é onde captamos outras formas de violência, não só o homicídio.

Aquele gráfico já mostra um estudo mais aprofundado. O que fizemos? Pegamos os dados de violências sexuais e, como temos uma base de dados de nascimentos, verificamos entre as adolescentes estupradas se elas tiveram filho do estupro. Os senhores sabem que, por lei, elas têm o direito ao aborto legal, mas, por serem muito jovens, vocês sabem que não pode. Por quê? *"Mas ela só tem 11 anos, como ela vai fazer um aborto?"* Então, normalmente, essas meninas têm filho do estupro mesmo, e o estupro vive na casa com elas. Vamos mostrar isso.

Separamos essas meninas em dois grupos: um grupo de 10 a 14 anos e outro de 15 a 19 anos.

Para os senhores terem uma ideia da quantidade de mães adolescentes no Brasil, houve, de 2011 a 2016, quase 163 mil nascimentos — não me refiro à gravidez — no grupo de meninas de 10 a 14 anos. Entre as meninas de 15 a 19 anos, houve 3 milhões e 125 mil nascimentos — esse número já caiu, ele já foi maior. O número de nascimentos entre as meninas de 10 a 14 anos não cai, e isso já acontece há muito tempo. Ocorrem mais ou menos 27 mil nascimentos por ano no grupo de meninas de 10 a 14 anos.

Dos casos de estupro em meninas, lembrem-se de que uma parte deles nem é notificada, ou seja, elas passam nos serviços, têm o filho, e nós não sabemos que é resultado de um estupro.

Entre as que nós conseguimos captar, registramos 3.266 notificações de estupro em adolescentes de 10 a 14 anos, que foram mães entre 2011 e 2016; e 2.324 tiveram um filho do estupro. E esse autor foi, em 68,5% dos casos — 2.300 —, ou um familiar ou um parceiro íntimo. Em 1.875 casos, o estupro tinha caráter repetitivo, e muitas meninas tinham mais de um filho. Elas vivem uma vida aprisionada dentro da casa, geralmente em famílias de bem, conhecidas socialmente. O crime é conhecido. O crime não é uma coisa que de repente aconteceu. Elas vivem como prisioneiras, vítimas, têm um filho e depois vão criá-lo.



O que acontece com uma parte dessas meninas? Quando conseguem fugir de casa, lá pelos 15 anos, 16 anos, geralmente caem na mão do tráfico e depois aparecem mortas, segundo aquelas estatísticas de homicídio que nós mostramos. Esse é o destino delas.

Entre as meninas de 15 a 19 anos muda um pouco o cenário. Primeiro, foram 6.200 notificações; 2.400 tiveram filho; o estuprador é parceiro íntimo ou membro da família; e em 2.387 casos o estupro tinha caráter repetitivo. Então, nós estamos lidando com uma situação cotidiana, que está presente em todo o tempo.

Há vários níveis de violência, e eu estou querendo mostrar para vocês o cenário. Nós captamos um cenário pelo homicídio — e o Atlas dá destaque a isso —, mas precisamos considerar que muitas outras situações de violência estão gerando um evento, que, no caso, é o homicídio de homens, mas as mulheres e as meninas são tão vítimas dessa violência quanto os homens, que, no final, aparecem mortos.

Em novembro nós vamos fazer uma manifestação pelo fim da violência contra a mulher e estamos preparando uma análise para mostrar o impacto dessa violência na morte violenta e na morte por causa natural. Nós vamos mostrar que elas morrem mais do que as outras mulheres, por serem vítimas de violência. Elas adoecem mais e morrem mais cedo. Por quê? Porque essa violência contra elas é invisível, ninguém sabe.

Em nossa pesquisa de saúde do escolar, que é uma pesquisa por amostra de estudantes de escola pública e privada, 100 mil crianças reportaram violência sexual dentro de casa. Nessa pesquisa nós só pegamos aquelas crianças que estão na escola. E aquelas que já saíram da escola, que fugiram da escola, que nós não captamos? Ou seja, nós ainda estamos longe...

Resumindo, então, a vulnerabilidade dessas crianças: 4.262 casos de estupro em adolescentes resultaram em gestações e nascimentos, sendo que essas meninas têm direito ao aborto legal. Elas não têm acesso a esse serviço porque são menores de idade. Então, há o cinismo social, e eu já fiz esse debate aqui nesta Casa sobre esse dado, e uma pessoa disse que elas tinham que ter o filho mesmo, porque não poderiam interromper a gestação.

É preciso trazer esse problema, que é eterno para elas. Até poderem fugir de casa, elas vão continuar sendo essas vítimas que nós estamos vendo. O que nós podemos fazer para reduzir esse sofrimento?



O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Sra. Maria, eu só perdi a informação do período. É por ano?

A SRA. MARIA DE FÁTIMA MARINHO DE SOUZA - Começa em 2011, que é quando há um sistema que notifica isso.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Mas é anual ou é de 2011?

A SRA. MARIA DE FÁTIMA MARINHO DE SOUZA - Eu acumulei até 2016. Eu nem entrei com dado de 2017 aqui. Eu estou atualizando esse dado.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Está bem.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA MARINHO DE SOUZA - Eu só faço isso, porque tenho dados de notificação do estupro e uma base de dados de nascimentos. Eu relaciono esses dados e vejo se ela teve um filho resultado do estupro.

Essa seria a nossa ação. Nós disparamos o evento e buscamos uma articulação intersetorial, que deveria então garantir proteção a essas vítimas. O problema que nós estamos observando é que elas não estão funcionando bem. Elas funcionam bem em poucos lugares.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Adelmo Carneiro Leão. PT - MG) - Obrigado, Sra. Maria de Fátima Marinho de Souza.

Essa situação não pode ser apenas vista com indignação. É preciso transformar a nossa indignação em práticas capazes de interferir nesse processo no sentido de, pelo menos, minorar seus efeitos negativos. Isso é grave, grave, grave, porque essa é uma situação que está dentro da própria casa, está na intimidade da família. É extremamente complexo lidar com esse problema. Esse é um problema de saúde pública, é um problema de segurança pública, é um problema de cidadania, é tudo. Está tudo misturado aqui, tudo.

Quero convidar o meu amigo e companheiro, Deputado Federal Nilto Tatto, para presidir esta sessão também. Nós vamos fazer com que todos aqui tenham essa honra de coordenar uma mesa dessa complexidade e com esse enorme desafio, como está sendo reconhecido aqui. Após conceder a palavra à próxima oradora, passarei a presidência ao Deputado Nilto Tatto.



Convido a usar a palavra a Sra. Roseli de Oliveira, Coordenadora-Geral de Políticas Temáticas de Ações Afirmativas da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Ministério dos Direitos Humanos — SEPPIR.

A SRA. ROSELI DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos e a todas.

Quero agradecer a Comissão de Direitos Humanos e Minorias por ter convidado a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Acompanhamos com muito zelo e muita preocupação todas as denúncias e os dados que vêm revelando o que nós infelizmente já sabemos há algum tempo por fazermos parte do segmento étnico-racial negro deste País.

Ainda antes da minha leitura breve, eu queria só comentar que, na semana passada, nós fizemos um seminário nacional de enfrentamento à violência no Ministério de Direitos Humanos. Tivemos a representação de 21 Estados e do Distrito Federal. Na ocasião, nós trouxemos algumas anciãs, senhoras sacerdotistas, gestoras, lideranças do Brasil para discutirmos essa questão da violência especialmente doméstica, para discutirmos o que está acontecendo. Esse ciclo de violências adentrou a casa e a família, e nós estamos elaborando diretrizes para enfrentamento, que, em novembro, entregaremos para o conjunto da sociedade brasileira.

A SEPPIR reconhece o sofrimento em que vive a população negra, especialmente as mulheres negras — as violências físicas, simbólicas e sociais; a transgressão e a violação de direitos —, e vem firmar o seu compromisso para a emancipação das mulheres, especialmente das mulheres negras em suas singularidades.

Realizamos esse evento que buscou dialogar com mulheres sacerdotisas, especialmente as de matriz africana e afro-brasileira, povo de terreiro, sobre ancestralidade e sustentabilidade, por entendermos que essas senhoras que desenvolvem sobrevidas que fortalecem a natureza humana podem nos dar algumas pistas importantes para a superação dessas violências.

A interseccionalidade, a ancestralidade e a sustentabilidade são categorias de orientação no reconhecimento das especificidades desse agrupamento que estrutura a sociedade brasileira. A transversalidade, a educação plural, a solidariedade sem adjetivos, os direitos e a justiça social são elementos fundamentais para a superação das desigualdades étnico-raciais e de gênero.



O entendimento acerca das condições históricas nas quais negros foram vilipendiados ao longo do processo de formação nacional brasileira já foi objeto de várias literaturas e denúncias, mas há necessidade, continuamente, de apontamentos acerca do alcance das violações e, ao mesmo tempo, de registros dos marcos de resistência. Ambos os aspectos da violação e da resiliência negra são pontos de partida para compreendermos as especificidades das dimensões psicossociais, estruturais e os desafios postos ao conjunto das instituições e da sociedade.

É sabido que o corpo negro sofreu diuturnamente processos de desumanização. Foram ciclos de violência, de tentativa continuada de retorno ou afirmação à condição de objeto ou coisa. A mercantilização do corpo negro, a visibilização e a invisibilização se amalgamam em nome dos interesses de uma determinada configuração histórica, geradora de um atrofiamento estrutural para o conjunto social e, ainda, no presente, da redução de um determinado grupo aos processos de uma tal "subcidadania".

Essa construção da negação do outro é alimentada pela ideologia do racismo, que pressupõe a dualidade. A partir disso, todos, compulsoriamente — brancos e negros, mulheres e homens —, estão subordinados a essas lógicas, aos lugares predeterminados, às formas desiguais de acesso, as quais incidem nas ocupações e se revelam na apropriação dos bens e serviços, na posse da terra, na geografia da miséria, no cotidiano das relações desiguais de convivência. Todos ficam restringidos a uma arquitetura social, política e cultural proposta para o Brasil das desigualdades.

Romper com o privilégio naturalizado, com máculas de um modelo patriarcal, colonial, com vasta inspiração na violência, imprime uma dinâmica social que inaugure uma nova lógica a partir do respeito ético, moral e histórico.

Ainda implica o reconhecimento dos lapsos históricos que estão registrados por meios de dados estatísticos, pirâmides demográficas, gráficos econômicos, taxas, porcentagens, percentis que retratam os reflexos sociais, a falta de acesso e oportunidades. Ao percorrer metodologias e modelos explicativos, nota-se que adentrou no imaginário social uma doença social e institucional que se chama racismo.

No que tange especialmente às mulheres e aos jovens negros, seus corpos se constituíram em peças na engrenagem da reprodução, vistos como mercadorias segregadas, negadas, erotizadas, hipersexualizadas, demonizadas, subalternizadas, silenciadas, violentadas racial e socialmente, vulnerabilizadas e invisibilizadas. Todas



essas indignidades são causadas pela indiferença e supremacia de determinadas identidades. E essas mesmas mulheres continuamente rompem com o seu lugar e tornam-se porta-vozes de seu grupo, de sua comunidade e de seu tempo.

O enfrentamento à invisibilidade das necessidades e perspectivas dos jovens e mulheres negras perpassa pelo processo de descolonização das mentes, da ressignificação de conceitos e metodologias sobrepujadas: romper com o falso moderno, desnaturalizar as relações opressoras duais, incluindo o sexismo e o machismo, desconstruir o mito da democracia racial e as sequelas do processo de miscigenação — o racismo objetivo e subjetivo — e enfrentar as perseguições à sua cultura, exemplarmente às casas religiosas de matriz africana e afro-brasileira e aos povos de terreiro. Todas essas faces estão presentes nas relações sociais e institucionais.

Essas mulheres, especialmente nas últimas duas décadas, vêm empreendendo novas compreensões sobre a realidade das mulheres brasileiras e, principalmente a partir de sua participação ativa, apresentam e conduzem uma nova agenda para a valorização, o respeito à diferença e a garantia de direitos. Interseccionalidades, transversalidades e empoderamento são pautas identificadas como essenciais para o estabelecimento de novas relações sociais. Para cada singularidade, deve haver direitos sexuais e reprodutivos, legislação de garantia de direitos, acolhimento das violências, ruptura de padrões, desconstrução da naturalização do lugar histórico da população negra, formulação de ações concretas de enfrentamento à violência doméstica e sexual e ao racismo religioso, construção de mecanismos jurídicos de luta contra o feminicídio e o tráfico de mulheres, e, ainda, superação das desigualdades no mundo do trabalho por meio da formulação de ações em prol da mobilidade funcional, ativação das cotas como um recurso de reparação em todos os níveis, enfim, há uma nova construção, um desafio e uma perspectiva para a implantação e implementação de ações afirmativas que garantam um novo sentido de humanidade.

O enfrentamento e a superação estão como marco divisor da restrição imposta a todos e todas pelas tensões, contradições, desigualdades, muros, blindagens, barreiras sociais e geográficas, heterogeneidades, fronteiras que demarcam o lugar e o não lugar, o certo e o errado, o falso e o verdadeiro, o branco e o negro, mulheres e homens, mulheres negras e mulheres não negras. E, ao compreender esse universo e desnudá-lo, resgatam-se valores civilizatórios até encontrarmos os caminhos da igualdade.



Há importantes documentos que retratam o descaso com os corpos e as vidas das mulheres negras. Trata-se de dados substantivos apresentados à sociedade brasileira, como demonstrados há pouco, que revelam esses lapsos históricos: as condições de vida precarizadas, os inúmeros ciclos da violência e a banalização da vida da população negra.

Portanto, as reivindicações anunciadas pelas mulheres negras, especialmente na Marcha de 2015, estão fartamente registradas, cabendo ao conjunto das instituições e ao Estado organizarem formas de enfrentamento às violações de direito e às violências até a completa emancipação dos corpos das crianças, dos jovens, dos homens e das mulheres negras.

Sem dúvida, o Estado brasileiro deve caminhar rumo à conciliação histórica, pois ao reconhecer essas nefastas experiências assume o lugar — deve assumir — de protagonista na superação dos processos de desumanização ocorridos em sua trajetória e deve compreender o lugar do racismo, do sexismo e da violência na formação nacional. E, ao acolher as demandas advindas dos segmentos sociais, deverá inseri-las nas políticas públicas.

A elaboração de um novo marco na gestão pública brasileira parte da interdisciplinaridade, da transversalidade, do direito e da cultura de paz como pontos angulares para a elaboração de programas e planos e, a partir desses, inaugura uma nova ordem de valores no processo de consolidação da democracia brasileira.

Terminando, o racismo deve deixar de ser estruturante. Para isso, é necessário recuperarmos a nossa memória histórica e termos coragem de fazer esse enfrentamento. São inegáveis os resquícios da discriminação étnico-racial e do sexismo no território brasileiro, mas é também inegável a nossa busca secular por meios de enfrentamento para a superação dessas desigualdades sociais e históricas ainda no processo social brasileiro presente.

A SEPIR vem ao longo de 15 anos cumprindo o seu papel de farol na observância do Estado de Direito na luta antirracista e antimachista e na construção de uma sociedade plural.

Lembro agora do ativista James Baldwin, que diz: *"Nem tudo que se enfrenta pode ser modificado, mas nada pode ser modificado até que seja enfrentado"*.

Obrigada. (Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Nilto Tatto. PT - SP) - Obrigado, Sra. Roseli.

Registro a presença da assessoria do gabinete da Deputada Erika Kokay, grande guerreira desta Comissão.

Também quero registrar a presença e dar as boas-vindas aos alunos da Escola Alef Peretz, de São Paulo.

Sejam bem-vindos!

Passo agora a palavra à Sra. Maria Taíres dos Santos, líder da Juventude Quilombola, ou melhor, do Coletivo Quilombo.

A SRA. MARIA TAÍRES DOS SANTOS - Boa tarde.

O nome é Coletivo Quilombo, Deputado Nilto Tatto.

Quero cumprimentar a todos da Mesa. Cumprimento o Helder, a Maria de Fátima, a Roseli, o Gerfferson, a Jessy, a Rita e também a todos que estão presentes nesta audiência.

Eu quero agradecer o convite do Deputado João Daniel para nós virmos fazer este debate aqui, um debate muito importante para nós jovens negros, que sofremos diariamente várias violências.

Com os próprios dados que já foram mostrados, dados do Atlas, foram trazidas duas questões de recorte central para nós. Um dado alarmante é o de que 71,5% das pessoas assassinadas no Brasil são pretas ou pardas. E quando a gente pega o dado referente ao recorte de gênero, vê que, entre as mulheres, a taxa de homicídio é maior entre as mulheres negras, uma média de 5,3 mulheres negras para 3,1 das mulheres não negras, havendo uma diferença de 71%.

Não é possível a gente fazer um debate em torno disso sem falar sobre o modelo de desigualdade da nossa sociedade. A nossa sociedade tem esse modelo de desigualdade. A gente não tem condição de debater o genocídio e a juventude negra sem debater essa estrutura em que a gente vive, de um sistema capitalista que utiliza o racismo para se estruturar e se perpetuar em nossa sociedade. Somo utilizados principalmente como um pilar da sua perpetuação, para que possam se estruturar em nossa sociedade.

Na nossa sociedade, que é dividida entre classes, o capital consegue se apropriar desse debate de raça e de gênero. O capital é conivente e faz com que essa desigualdade de gênero que a gente encontra todos os dias também se perpetue. E, para que esse sistema seja colocado e se perpetue dessa forma — é o que nós estamos



presenciando e vendo diariamente — alguém precisa morrer. Esse é o dado que a gente tem. E quando a gente olha para esse dado, vê que quem morre tem cor, tem classe social e tem gênero também. Então, esse é um dado sobre o qual nós precisamos nos questionar todos os dias.

Nós jovens negros, antes de mais nada, queremos dizer à sociedade que queremos que ela pare de nos matar. Nós temos que dizer ao Estado brasileiro que ele deve parar de nos matar, porque a juventude do nosso povo preto quer viver. E, quando a gente vai falar sobre essa cultura e quanto isso está enraizado em nossa sociedade, quanto os nossos corpos negros valem menos, a gente precisa trazer esse debate, dialogar com essa nossa sociedade, para poder dizer, e reafirmar, "não". A gente tem uma cultura incutida, uma cultura de violência, que direciona para quem deve ir essa violência. Essa cultura de violência existe para tornar natural a morte dos jovens negros e pobres do nosso País. É isso que acontece.

Então, nós temos dois debates centrais hoje. Um desses dois debates foi trazido pela companheira do Ministério da Saúde, sobre a legalização do aborto em relação à questão dos estupros. Outro debate central que a gente precisa trazer também é a guerra às drogas, que a gente vivencia cotidianamente no Brasil. Essa guerra veio como justificativa, para que olhem para nós, para os nossos jovens, com os quais o Estado brasileiro tem uma responsabilidade, da qual se omite, de dar assistência, de dar educação de qualidade, bem-estar, bem viver dessa nossa juventude. Ele deve pensar na sua responsabilidade com toda a sociedade pobre do nosso País e simplesmente utiliza a guerra às drogas como uma justificativa para que a sociedade brasileira olhe um jovem negro, quando é morto, sem indignação, mas com naturalidade. Olhando esses dados alarmantes e dialogando com as pessoas, a gente percebe que as pessoas acham que isso é normal, que isso é natural, e não se indignam com isso.

Então, a gente precisa falar sobre esse compromisso que o Estado tem de garantir a qualidade de vida da nossa sociedade e da nossa juventude. A gente precisa pensar que estamos falando de uma juventude que tem um lugar. E, quando a gente vai fazer um debate sobre a educação no Brasil, vê que nossas escolas públicas estão extremamente precarizadas.

A gente faz um debate no qual vêm falar sobre esses jovens que estão sendo mortos todos os dias e que a sociedade vê com alívio, de certa forma. Quando a gente vai



dialogar e diz que um jovem da periferia morreu, ouve este discurso: *"Mas que legal, que bom, porque era traficante"*. Isso é dito como se o corpo desse jovem valesse menos, por ser um jovem preto, por ser um jovem da periferia.

Nós precisamos chamar o Estado à responsabilidade, pois ele é o maior responsável por tudo isso que acontece com a nossa juventude no Brasil. O medo que nós temos uns dos outros quando saímos à rua deveria ser, na verdade, medo do braço armado do Estado. Quando a gente se depara com esse braço armado, tem receio do que ele vai fazer, embora, segundo a nossa política de segurança pública, ele existisse para nos proteger. Mas, na verdade, ele não nos protege; ele nos oprime.

Então, em relação ao debate sobre as mulheres, nós somos privadas de tudo, nós somos privadas do direito de decidir sobre os nossos corpos, nós somos privadas, dentro da nossa sociedade, de escolher fazer aquilo que a gente quiser fazer.

A gente sabe que o debate sobre a legalização do aborto é um debate de saúde pública, porque a gente sabe que vários dados são subnotificados. A gente não tem noção da quantidade disso, mas quem está morrendo são várias mulheres negras e pobres das periferias do nosso País. Essa é uma responsabilidade nossa.

Nós precisamos pensar em algumas questões. Eu me formei em Farmácia, e o meu TCC foi exatamente sobre as causas externas da violência. Fiz um estudo de morbidade no hospital da cidade em que eu estudei, chamada Lagarto. Nós olhamos os dados sobre morbidade lá no hospital e nos deparamos com um sistema de informação muito ineficiente. Pude trabalhar diretamente com os próprios prontuários dos pacientes. O recorte que eu utilizei, nesse caso, não foi de nenhum dos sistemas apresentados aqui. Eu não utilizei o SINAN nem utilizei o SIM. Eu utilizei o SIH. Assim, foi possível olhar a questão do preenchimento dos dados, como eles podem ser colocados, como o sistema é alimentado. Há uma deficiência muito grande. A gente precisa pensar em um sistema de informação que consiga, inclusive, casar todas essas informações, porque a gente não consegue elencar os dados e fazer a transversalidade entre os sistemas.

Além disso, precisamos pensar em como a gente pode preparar os profissionais que estarão ali dentro daquele espaço para fazer esse preenchimento, para que a gente possa ter um panorama, de fato, de uma realidade expressa por esses dados, para a gente produzir política pública que possa atender de fato a população brasileira.



Eu estava olhando no Atlas o trecho que fala que São Paulo foi um dos Estados que apresentaram menor índice de homicídio e de violência. Isso é uma coisa muito curiosa, porque eu morei em São Paulo durante 2 anos. Pelo tamanho que tem, conhecendo no cotidiano o índice de violência que lá existe, pelas informações e tudo mais, é curioso São Paulo se apresentar como um Estado de índice inferior, como foi apresentado. Isso é algo sobre o qual nós precisamos pensar, porque, sinceramente, não tem como a gente pensar em mais de 20 anos de Governo do PSDB lá sem haver nenhum panorama de mudança, com toda uma sociedade tendo essa alteração.

Então, a gente precisa pensar em instrumentos que possam, principalmente em relação ao sistema de informação, fazer com que esse sistema tenha mais confiabilidade. Que possamos pensar em um sistema de informação que dê melhor assistência de base de dados para nós.

Além disso, a gente precisa pensar na própria criação das políticas públicas, para a gente ocupar os espaços públicos. A gente vê as praças hoje abandonadas, enquanto a gente vê a nossa juventude querer estar nessas praças, a juventude querer ocupar escolas, a juventude querer ocupar esses espaços e ocupar a cidade, porque esse espaço é nosso. A nossa sociedade tem, inclusive, receio de sair, de transitar, de pensar em espaços de lazer para o nosso povo.

Para finalizar, eu queria dizer que a nossa juventude quer viver. Ela quer viver. Ela quer ter ensino de qualidade. A nossa juventude quer entrar na universidade, a nossa juventude quer ingressar no mercado de trabalho, não porque ela tenha que ingressar no mercado de trabalho, mas porque ela quer estar dentro de um espaço no qual ela vai atuar em algo que ela gosta. A nossa juventude quer ingressar no mercado de trabalho não porque completou a sua maioridade e existe uma pressão do sistema que rege o nosso País e o mundo, em sua maioria, dizendo que você foi feito para trabalhar, que você deve entrar nessa lógica e deve corresponder a essa lógica. A nossa juventude quer muito mais que isso. A nossa juventude quer oportunidade.

E trazer essa oportunidade novamente para a nossa juventude significa somente uma coisa: trazer Luiz Inácio Lula da Silva de volta para a Presidência da República. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Nilto Tatto. PT - SP) - Obrigado, Maria Taíres.



A Taíres até me provocou. Antes de chamar o Deputado João Daniel para assumir esta presidência — S.Exa., inclusive, é o requerente desta audiência pública, o que demonstra a sensibilidade dele de trazer o debate para dentro desta Casa —, como sou de São Paulo e como ela falou do Estado de São Paulo, eu preciso dizer algo.

Eu vou precisar sair para outra atividade agora, mas não poderia, Taíres, ir embora sem dar um testemunho com relação ao Estado de São Paulo. Afinal eu sou de lá e ando muito nas quebradas de São Paulo.

Vemos a ausência da segurança pública. Quando ela está lá, a gente vê o medo, que é o que se reflete nesses indicadores de assassinatos e de morte da juventude negra na periferia.

Então, há um temor permanente da juventude na periferia com relação à forma como a polícia está presente lá.

Isso se reflete também no decorrer desses 20 anos. Se percorrermos todo o Estado de São Paulo, não vamos encontrar uma escola estadual à qual se possa dar o nome de escola. Todas estão detonadas e cheias de grades. Elas são verdadeiros presídios. Eu desafio alguém a encontrar uma escola no Estado de São Paulo que tenha a condição de escola. É importante o Brasil saber disso. Desses 20 anos, boa parte do Governo foi com o Alckmin — quatro mandatos. Houve um mandato em que ele não foi Governador, mas foi Secretário de Planejamento, se não me engano, e, portanto, tinha um poder razoável.

São Paulo é o Estado com maior poderio econômico, com maior capacidade econômica, mas os professores e a polícia militar de lá ganham, às vezes, duas ou três vezes menos do que essas mesmas carreiras em vários Estados do Norte e Nordeste do País. Isso é reflexo de como se faz investimento nessa área.

Também é importante que as pessoas saibam que o interior de São Paulo era calmo, não havia tanta violência. Hoje, a violência está espalhada por todo o seu interior. Isso se deu por conta daquele processo de interiorização dos presídios. Todo mundo sabe, inclusive por denúncia internacional, do acordo feito com o narcotráfico há alguns anos. O que aconteceu, na verdade, foi um processo de formação e de capacitação em que se espalhou o poderio do narcotráfico no País inteiro a partir de São Paulo. Todo mundo sabe disso. É importante também que se diga o tipo de política que foi adotada. Foi adotada uma política de visão excludente, que pensa a gestão pública para uma pequena parcela da sociedade, como historicamente se fez no Brasil.



Hoje vemos os indicadores. Tal como uma guerra civil, 62 mil assassinatos por ano são frutos da violência. Nós estamos falando da violência de arma, não estamos nem falando da violência de trânsito. Quando se constata que 71% dessas mortes são de jovens negros das periferias das cidades, vemos que isso tem relação com os quase 400 anos de escravidão e com a forma como os negros foram deixados de lado ao longo da história.

Há uma dificuldade muito grande de se pensarem políticas afirmativas, porque há uma resistência muito grande desse racismo que está enraizado na sociedade brasileira, aquilo que chamamos de racismo institucional.

Tínhamos uma perspectiva, quando começamos a ver a presença de negros nas universidades. Costumo dizer que, em 1982, 1983, 1984, eu estudava numa faculdade que tinha 6 mil estudantes, mas se contava nos dedos a quantidade de negros. Havia de 50 a 60 negros nessa universidade. Recentemente, começamos a ver negros na universidade, mas, neste ano, 170 mil jovens abandonaram a faculdade, porque não conseguem pagar o Fundo de Financiamento Estudantil — FIES e o Programa Universidade para Todos — PROUNI.

Não sei se já temos esses dados, mas é bem provável que a grande maioria desses jovens que abandonaram a faculdade são negros. Sabemos que muitos jovens estão desempregados, não conseguem achar emprego, e sabemos que a maioria desses jovens que estão desempregados são negros.

Anuncio e dou as boas-vindas à galera do Levante Popular da Juventude.

Deputado João Daniel, quero chamá-lo, com muita honra, para reassumir a Presidência. Peço que V.Exa. passe a palavra, primeiramente, à Jessy, porque ela tem um compromisso.

O SR. PRESIDENTE (João Daniel. PT - SE) - Muito obrigado, Deputado Nilto Tatto, grande companheiro da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e grande atuante nas lutas sociais brasileiras.

Nós vamos passar a palavra à nossa grande companheira Jessy Dayanne Silva Santos, militante lutadora e Vice-Presidente da União Nacional dos Estudantes — UNE, também sergipana, que hoje compõe o quadro nacional na luta da classe trabalhadora, especialmente da juventude.



A SRA. JESSY DAYANNE SILVA SANTOS - Boa tarde, companheiras e companheiros. Boa tarde a todo mundo que veio participar do debate. Quero saudar todos da Mesa, na figura do meu companheiro João Daniel, Deputado do meu Estado. Embora eu tenha saído de Sergipe há 6 anos para morar em São Paulo e assumir a tarefa nacional do movimento estudantil da juventude, Sergipe é o meu lugar, é a minha raiz.

Estou vindo aqui depois de 4 dias da Marcha Nacional Lula Livre. Estou até com cara de cansada e com roupa de marcha ainda, porque vim direto da marcha para o ato da educação, que nós da UNE fizemos hoje na Comissão da Educação, em que o Ministro da Educação foi sabatinado. Fomos lá reivindicar que não se mexa nos recursos da educação, para que os recursos da educação permaneçam, porque a educação é investimento e não gasto, como o Governo costuma tratar.

A marcha não acabou — ela ocorre dos dias 10 a 15. Haverá, amanhã, um grande ato em defesa do registro da candidatura de Lula. Eu terei uma reunião daqui a pouco para amarrar os detalhes desse ato de amanhã. Por isso não vou poder ficar até o final da reunião e já me desculpo de início.

Mas eu queria fazer uma contribuição a este debate, que é tão importante, que é tão sensível à toda a juventude brasileira. Além de Vice-Presidenta da UNE, sou militante também do Levante Popular da Juventude, que é um movimento que organiza jovens no País inteiro, tanto das universidades-escolas, quanto das periferias.

Então, vivemos essa realidade em relação ao que acontece com a juventude periférica no trabalho político de organização dessa juventude. Conseguimos identificar ali, na prática, o que estamos vendo aqui e trazer à tona esses dados.

Realizamos, em 2016, o nosso III Acampamento Nacional do Levante, que contou com a participação de 7 mil jovens de todos os Estados do Brasil. Metade desses 7 mil jovens vinham da periferia brasileira. Essa é uma das formas, na nossa opinião, de combater essa dura realidade aqui no Brasil, porque é um movimento social, é um movimento popular. A juventude está organizada para ter consciência do que acontece no seu País e para lutar, a fim de garantir os seus direitos e, conseqüentemente, sair dessa situação de morte, na qual a juventude brasileira, especialmente a da periferia, se encontra hoje.

Nesse sentido, quero trazer um questionamento. Acho que o Brasil vive uma grave crise, que é a contradição entre os dois "P" da juventude: enxergar a juventude como um



grande potencial ou enxergar a juventude como um grande problema. Esses são os dois "P" que dividem os olhares sobre a juventude no Brasil. Infelizmente, os que dominam o poder em nosso País enxergam a juventude como um problema e não como um potencial.

Estou dando esse foco porque boa parte dos homicídios, boa parte dos assassinatos e das mortes violentas no Brasil têm corpo e idade. São os jovens que estão sendo assassinados em nosso País. Quero trazer esse questionamento porque esta Casa tem que ter a responsabilidade e a escolha de qual "P" defendemos. A juventude é um problema ou a juventude é um potencial para desenvolver este País?

Eu queria começar com esse questionamento, trazendo uma questão de contextualização geral. Para nós, o problema da violência e os dados desse atlas revelam uma realidade que combina diversos fatores que fazem com que cheguemos a esse tipo de situação. É impossível estar aqui neste espaço e não mostrar que essa situação tem se agravado desde que o golpe se instalou no nosso País, em 2016. Precisamos usar este espaço para trazer essa denúncia e apresentar os dados sobre o que se tem agravado em nosso País que vai resultar em mais violência, em mais homicídio, em mais extermínio da juventude negra.

O primeiro elemento é o desemprego. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD revelou que, em 2017, a taxa de desemprego do País ficou em 12,7%. Portanto, há 13,2 milhões de pessoas desempregadas no País. Isso significa que a taxa de desemprego no Brasil dobrou nos últimos 3 anos. A taxa de desemprego entre jovens entre 15 e 17 anos passou de 21,6% para 41,6% em 2017. Isso quer dizer que o desemprego aumentou no Brasil, mas aumentou ainda mais na faixa etária jovem.

A situação do desemprego é crítica e é um potencial explosivo, porque, quando o jovem não tem acesso a emprego e quando os pais desses jovens não têm acesso a emprego, isso tem um impacto direto na vida da juventude. Parte dos jovens acabam partindo para a criminalidade, para o mundo do crime, quando são oriundos da classe trabalhadora e não têm acesso a emprego e renda. O desemprego dos pais também acaba tendo impacto na vida desses jovens, que vão ter que ir para o mundo do trabalho mais cedo, que vão ter que procurar fazer bicos e, muitas vezes, sair do ambiente escolar e buscar trabalho, para complementar a renda familiar. Isso gera impacto, consequentemente, no futuro desse jovem.



Então, o desemprego não pode ser um dado desassociado dos dados do *Atlas da Violência 2018* e do que tem se revelado.

O segundo elemento que acho que temos que observar é a educação. Desde que o golpe foi instalado no País, em 2016, temos tido um aumento estúpido da evasão escolar, além do fechamento de escolas no campo e uma série de medidas que tiram a nossa juventude do ambiente escolar.

A Emenda Constitucional nº 95, que congelou os investimentos sociais por 20 anos, já trouxe impactos e, se permanecer do jeito como está, vai agravar ainda mais esses impactos no campo da educação. O orçamento das instituições superiores no Brasil caiu de 13 bilhões, em 2015, para 8,7 bilhões. Isso significa que é impossível manter a política de cotas sociais e raciais, que tenta enfrentar parte desse ataque, desse retrocesso histórico, que tenta reparar historicamente o que foi a escravidão no nosso País.

Esse corte brutal na educação impacta diretamente a política de cotas raciais e sociais, que foi uma grande vitória da juventude, porque os jovens que adentraram as universidades públicas através dessa política não têm condições de permanecer sem assistência estudantil. E, quando há corte na universidade, o primeiro a sentir o corte é aquele estudante que recebe bolsa.

Por isso, alertamos para o dado de que, de 2016 para cá, saíram 170 mil jovens das universidades. Eles abandonaram suas graduações e deixaram de ter a possibilidade de construir um futuro profissional. Ou seja, eles deixaram de melhorar a vida deles e da família deles, por conta das medidas do golpe. Por esse motivo, precisamos denunciar isso aqui.

O ensino técnico também teve corte no orçamento. Ele diminuiu 89% da época do golpe até 2017.

Então, esses dados revelam o quanto o Estado brasileiro tem retirado a juventude do ambiente escolar e do ambiente do trabalho e renda. Para aonde vai essa juventude? Essa é a pergunta. Se o Estado nega trabalho e renda e nega educação, para aonde vai essa juventude? Essa juventude será um potencial ou será um problema, quando o Estado a retira do ambiente educacional e do ambiente do trabalho e da renda?

Outro ponto que precisamos observar — os companheiros aqui da Mesa já trouxeram os dados do atlas e os dados sobre os homicídios no Brasil — é que 7 pessoas são assassinadas no Brasil por hora e que 81% das mortes violentas são de jovens de 12



a 29 anos. Desse total, 76% são pessoas negras — dados que já foram abordados. Já sabemos o seguinte: a maioria dos que sofrem morte violenta são jovens; a maioria desses jovens são negros; esses negros moram nas periferias; essas periferias passam por uma guerra às drogas, que, na verdade, é uma guerra contra a pobreza, é uma criminalização da pobreza e desses jovens, que consequentemente são pobres.

Em 2017, as polícias executaram 5.012 pessoas — 18,7% a mais do que em 2016. Esse dado torna as mortes decorrentes de intervenções policiais a segunda principal causa de assassinatos no Brasil. Ou seja, quem está matando majoritariamente esses jovens e negros na periferia é a polícia, é o Estado brasileiro. E esse quadro se agrava ainda mais quando ocorre o uso indiscriminado das Forças Armadas na ocupação de comunidades periféricas, como estamos vivendo no Estado do Rio de Janeiro, com a intervenção militar que o Governo ilegítimo de Michel Temer implementou lá.

Outro elemento que precisamos considerar para debater violência e juventude é o avanço do conservadorismo no Brasil. Vejam: o desemprego; a exclusão educacional; os dados de assassinatos de jovens negros e da periferia, que revelam claramente que há uma política de extermínio da juventude negra no Brasil; mais o avanço do conservadorismo, que reforça o racismo, que reforça o machismo, que reforça a LGBTfobia, e o fascismo contra os jovens que são organizados, que têm uma posição política. Esses quatro elementos combinados, obviamente, vão levar ao aumento da violência.

Esse atlas já se revela hoje mais grave do que há 3, 4 anos. Daqui a 3 anos, se as coisas permanecerem como estão, se o golpe continuar avançando nas eleições de 2018, vamos vir aqui novamente fazer esse debate e trazer dados ainda mais alarmantes.

Nós não podemos dissociar o que está acontecendo em nosso País. Não podemos dissociar o aumento da violência contra a juventude, em especial, a negra e periférica, o aumento do desemprego e da crise econômica, que tentam colocar nas costas dos trabalhadores, a exclusão educacional, o extermínio da juventude negra e a ação das polícias nas periferias no Brasil. Também não podemos desconectar o avanço do conservadorismo na sociedade e o reforço do racismo estrutural, que já é marcante no nosso País.

É muito comum, quando identificamos quem são esses sujeitos assassinados, percebermos que há uma relação com a baixa escolaridade. Os jovens que pouco ou



nunca frequentaram o ambiente escolar são exatamente aqueles que são assassinados ou que estão encarcerados nas prisões para menores no Brasil.

Então, é muito óbvio, é muito explícito que o problema da violência no Brasil está diretamente relacionado com a desigualdade social. Não podemos pensar medidas para combater a violência no Brasil sem pensar como combater a desigualdade social, sem pensar como fazer com que a nossa juventude tenha perspectiva de trabalho e renda, de educação, de saúde, de políticas públicas que consigam fazer com que ela faça parte da sociedade e seja um potencial de desenvolvimento em nosso País. Combater a violência é, necessariamente, combater a desigualdade social.

Nesse sentido, gostaria de dizer que o Levante Popular da Juventude está elaborando um programa de emergência para a juventude brasileira. Entendendo que passamos por 2 anos de golpe, que já trouxe graves impactos para as nossas vidas, estamos construindo um programa de emergência para a juventude brasileira, a fim de apresentá-lo ao programa da campanha de Lula à Presidência, na perspectiva de o implementarmos caso elejamos um governo que não seja golpista, mas progressista e popular. Esse programa de emergência precisa atacar as raízes dos problemas que levam a juventude a conviver com essa grave violência no Brasil. Suas propostas são: investimento na educação pública em todos os níveis; políticas públicas para estimular trabalho e renda para a juventude; e fortalecimento do SUS. Além disso, pretende-se fazer um debate sério sobre segurança pública.

Nós precisamos acabar com os autos de resistência no Brasil. É um absurdo que ainda hoje a polícia mate indiscriminadamente a juventude brasileira, que não haja nenhum processo de investigação, que não precise haver provas e que os corpos da juventude negra nas periferias sejam simples alvos. Por isso, precisamos extinguir os autos de resistência e fazer uma reforma na polícia do Brasil.

Estamos propondo a criação de um instituto de produção de dados sobre segurança. A ideia é que esse instituto seja algo parecido com um IPEA da segurança, com independência na produção de dados e autonomia na produção de indicadores, para evitar descontinuidade e casos como o que a Taíres citou, de São Paulo. Foi mostrado um dado, mas é óbvio que ele não é real. É óbvio que houve falhas no registro da violência no Estado de São Paulo. Precisamos criar no Brasil um instituto de segurança que registre os dados e que leve esse debate a sério.



Infelizmente, quando se abre o debate sobre segurança e violência, a primeira proposta que aparece é reduzir a maioria penal; a primeira proposta que aparece é encarcerar a juventude brasileira. Mas precisamos dizer, em alto e bom som, que a juventude não é um problema; ela é um potencial. Se um jovem resolve ir para o lado do crime, isso não é uma escolha, isso não é opção. Ou vocês acham que esse jovem nasceu e disse: *"Oi, papai, agora eu quero ser assaltante. Oi, mamãe, eu nasci para roubar"*? Ninguém nasce com esse sonho! Os jovens nascem com o sonho de estudar, de trabalhar, de ter uma vida digna. Mas essa vida digna é negada a eles pelo Estado. Por isso, devemos combater a ideia de que, para resolver o problema da violência, é preciso encarcerar a juventude brasileira. Esta Casa muitas vezes já debateu, propôs e tentou emplacar esse tipo de política, mas nós estaremos sempre na rua, criando resistência para combatê-la.

Quero dizer que a saída para que haja menos violência na sociedade e menos violência para com a juventude é mais escolas e menos cadeias.

E uma última proposta para enfrentarmos a violência e o racismo no Brasil é que haja quotas para os concursos federais do Ministério Público e do Judiciário. Precisamos enfrentar essa casa grande que nunca acabou no Brasil, que é o Judiciário e o Ministério Público.

É isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Daniel. PT - SE) - Muito obrigado, companheira Jessy Dayanne, que falou em nome da UNE.

Todas as propostas que aqui estão sendo debatidas e discutidas se tornarão públicas, para que todos tenham acesso a elas. Solicitaremos que sejam publicadas pela Comissão de Direitos Humanos e que esta Comissão entregue essa documentação aos candidatos à Presidência da República que têm compromisso acerca do tema. Há candidatos para quem não adianta entregar, e com eles não vamos perder tempo. Há candidatos que acham que não compensa falar aqui e que essas propostas não têm futuro. Mas vamos pedir que seja levada essa documentação aos que têm compromisso.

Muito obrigado, companheira Jessy. Você colocou muito bem algumas questões que nós costumamos ver diariamente na imprensa. *"Dois jovens foram assassinados, estavam em confronto"*. Sempre há a historinha do confronto! *"Morreram em confronto."*



Isso é uma coisa terrível! A Polícia Militar brasileira é treinada e preparada para enfrentar uma guerra, e nessa guerra está a população. Então, quando a polícia entra na periferia das cidades, a juventude pobre — muitos usam maconha ou algum tipo de droga, porque elas existem — é tratada como bandido, como ladrão, como perigoso. A mídia, especialmente televisão, rádio e jornal, não deixa a sociedade compreender o verdadeiro problema e a causa dessa matança que é feita no Brasil, oficialmente. E grande parte disso não é apurado, mas esse é um tema que nós estamos debatendo aqui.

Nós não podemos conviver com essa realidade nem aceitar que milhares de jovens sejam assassinados por conta de um sistema capitalista opressor, individualista, que não dá oportunidade.

O tema da redução da maioria penal é uma vergonha. Agora querem levá-lo novamente ao debate, porque tem apoio da grande mídia e tem apoio dos setores conservadores, que não têm noção do que seja isso. Não são soluções o encarceramento geral e a diminuição da maioria penal! A solução é um projeto que verdadeiramente garanta a inclusão de toda a nossa juventude, crianças e adolescentes, para que tenham escola, lazer, cultura — vida, não é? Muitos jovens da periferia não têm espaço de lazer. É uma coisa terrível!

Vamos passar a palavra aos próximos oradores — ainda faltam dois.

Jessy, se você tiver que sair, não há problema. Pedimos uma salva de palmas para você. (*Palmas.*)

A SRA. JESSY DAYANNE SILVA SANTOS - Obrigada.

Eu tenho que correr porque vou a outro compromisso.

O SR. PRESIDENTE (João Daniel. PT - SE) - Passamos a palavra ao próximo orador, que é o Sr. Gerfferson Santos Santana, líder do Movimento Hip Hop, da juventude da periferia da Grande Aracaju, de Sergipe e do Brasil. Ele faz um grande trabalho, que eu tive o prazer de conhecer há muito tempo. Ele enfrenta no dia a dia o problema da violência, da morte de companheiros e colegas.

Sinho, é muito importante a sua presença aqui na Comissão de Direitos Humanos, oficialmente falando, debatendo. Eu queria recebê-lo com uma salva de palmas. (*Palmas.*)

O SR. GERFFERSON SANTOS SANTANA - Boa tarde. Salve, salve todas e todos os presentes!



Eu quero iniciar agradecendo o convite do companheiro Deputado João Daniel. Trilhámos várias trincheiras juntos nessa jornada dolorosa. Em nome do companheiro, eu saúdo toda a Mesa.

Quero dizer o seguinte: eu me preparei para este momento, cruzei alguns dados, elaborei uma fala e, ao me sentar neste espaço, o meu planejamento foi por água abaixo. Não contive as emoções, chorei bastante ali, sentado, porque para mim essa situação não é fácil. Estar neste espaço me fez sentir um cheiro fúnebre. Eu senti meus braços tremerem, porque também já peguei em muita alça de caixão. Se contarmos os santinhos guardados, veremos que são muitos.

Então, vou fazer um pouco da minha fala retornando a 1540 ou 1560. Já que a vida me transformou e me trouxe até este espaço, vou fazer uma referência ao Seu Matias, um negro de ascendência quilombola que veio da quarta cidade que mais traficou negros no Brasil, Japoatã, antiga Pacatuba, que tinha esse nome por causa de um índio. Eu nasci nessa região, numa casa de taipa. Também vou fazer referência, na minha fala, a uma pessoa que lutou e continua lutando pela nossa história, que é a minha mãe, D. Iraildes. Dos nove filhos de Seu Matias, ela foi a única que conseguiu concluir o ensino médio e se tornou professora.

Eu, como tantos outros, tive que ir à cidade. Por ironia do destino, a rua do morro que vim a ocupar na Capital se chama Manoel Preto, herdada de um gênio. Essa rua tornou-se tão violenta na formação da Capital sergipana que hoje é conhecida como se fosse um complexo habitacional. Ela é mais conhecida do que o bairro que a comporta.

Quando analisamos os números reais da violência e apontamos os números de Sergipe, que por 1 década vem liderando o posto — está transferindo para Alagoas —, fazemos uma memória buscando o porquê disso. Por que esses dois Estados carregam esses números dolorosos? Porque nós resistimos naquela região.

Quando se diz: *"A vítima era um preto. A vítima era um negro"*, até parece que, depois dessa quinta formação do povo brasileiro, deve-se rotular a violência de acordo com a cor da pele. (*Palmas.*)

Essa violência hoje é territorializada. Ela é uma mistura que limita os sonhos, extermina os sonhos, principalmente nas periferias. Para nós, o que sobrou foi o morro, foram os manguezais, foram os locais que eles não ocuparam para fazer suas plantações.



Então, fiquei viajando, pensando o que eu deveria fazer, que responsabilidade eu tinha em falar aqui. O que eu deveria fazer depois de 518 anos? O que eu deveria falar depois de 130 anos? O que eu deveria colocar aqui depois de 30 anos? Eu falo de momentos que deveriam mudar o percurso da nossa história. Há 500 anos, eles vieram, dizimaram os que aqui já existiam. Os que eles trouxeram foram abandonados aqui. E essa farsa da liberdade... É só olharmos os presídios brasileiros, é só analisarmos o sistema prisional em nosso País.

A gente pensa: *"Qual é o porquê desse encarceramento em massa? Por que ninguém se choca?"* Porque o Estado brasileiro legitima isso. Ficamos 300 anos sem nenhum órgão oficial no Brasil, e o primeiro a surgir em nosso País foi um presídio. E era para prender quem? E é para prender quem? E continuará a prender quem? Infelizmente, os dados são assustadores, aterrorizantes. A pesquisa de dados de 1971 até 2010 prova que os números da violência aumentaram 278%. Infelizmente, continuará aumentando se nós esperarmos que a solução venha do Estado brasileiro.

Eu transitei muitos anos pelas ruas, becos, vielas. Não fechei com o crime. Não tenho nada contra o sistema policial. Ele faz o papel dele. Nós fechamos com a vida. Nós trabalhamos para a vida. Mas nós convivemos com o crime. Nós, infelizmente, perdemos para o crime — perdemos sonhos e perdemos vidas. Sonhos se perdem, sonhos ficam imobilizados, sonhos ficam trancafiados.

A gente para e pensa: *"Por que o Nordeste lidera tudo isso? Por que o Nordeste?"* Eu estava fazendo um estudo e vi que diziam: *"A polícia no Nordeste é ineficiente, é incapaz, é mais despreparada do que a polícia do Sul, do Sudeste. As polícias do Sul e do Sudeste tocaram o terror no crime, e o crime foi para outras Capitais, para outras regiões"*. Quem for do crime e for de São Paulo para Aracaju só vai uma vez, porque lá o sistema prisional funciona mais do que em São Paulo. A cidade é isto aqui, não é? Mas sabem o porquê de o índice em Sergipe, em 2016, ser de 64 assassinatos a cada 100 mil habitantes, enquanto o de São Paulo, a grande metrópole, é de 29 assassinatos? Qual é o porquê disso? O porquê disso é que o crime organizou a periferia. Quem dita as regras na periferia é a cadeia.

De 2000 para cá, com a evolução, a globalização, as novas tecnologias e as novas formas de comunicação colocaram o mundo na palma das mãos. A grande mídia é corresponsável por tudo isso, pela ofensiva que é feita contra a periferia. Através dos



seus programas policiais, naturaliza a vítima preta. O jovem, confundido ou não, envolvido ou não, morto em uma viela, em uma esquina, mesmo sendo vítima, é um culpado em potencial. E eles colocam isso cotidianamente para a nossa sociedade.

Infelizmente, a gente compartilha a dor dos outros, resiste à dor dos outros e até empurra a mãe para tirar a foto da vítima no chão. Isso faz parte de um processo que vem tirando da periferia o direito de sonhar, de acreditar.

Nós temos um grande desafio. Passei uns 6 anos trabalhando junto com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, através da Rede de Educação Cidadã. Hoje fazemos diversos debates em nossa comunidade. Quando pensamos na menor Capital do País, no menor Estado, achamos que tudo poderia ser melhor, ser perfeito, mas lá o chicote realmente estrala. Nas últimas 24 horas, foi dada a entrada de 14 corpos, 10 por assassinato — 10 por assassinato! Então, nós temos um grande, um imenso desafio, mas só vamos encontrar a solução se arregarmos as mangas.

Este mês foi muito difícil. Aceitar o desafio de estar aqui também foi muito difícil. Não foi fácil estar aqui. Passamos por diversas dificuldades.

Para nós, o *hip-hop* é hoje a periferia em movimento.

Não podemos mais esperar experiências fora do nosso País. Existem diversas experiências, mas as que são pautáveis não podem ser só aquelas que têm um saldo do Governo ou do Estado, não. Muita gente está arregando as mangas para mudar essa realidade — muita gente mesmo! Eu tiro da minha boca, tiro da minha família para manter o que estamos mantendo. Hoje, trabalhamos com futebol, com *rap*, com grafite, com música. Alguns alunos nossos estão com seus pais presos; outros não têm pais e suas mães estão presas. Mas da cadeia eles mandam um salve: "*Vá para Mano Sinho! Vá para o futebol! Cole lá! Lá é melhor do que o caminho que eu trilhei*". Aí, percebemos o tamanho da nossa responsabilidade.

Este ano, esta Casa e o povo brasileiro têm um desafio imenso. Nós precisamos acompanhar esse momento da população brasileira de querer viver a política. Quando queremos participar, eles desconstroem. As ofensivas a favor deles e contra nós são inúmeras. Isso mostra que somos incapazes de construir e de transformar as coisas.

Eu acho que os desafios estão colocados. Estamos abraçados nos espinhos. Se formos esperar as flores, veremos só as do cortejo fúnebre mesmo. Não pensem que isso é terror. Quem vive longe da periferia não sabe o que sentimos. Quem vive distante da



realidade não imagina o que são os números, não sabe que cada vírgula é uma lágrima. As minhas lágrimas não sei por que ocorreram. A nossa ancestralidade bate na gente. É só mais um espaço, é só mais um clique, é só mais um *flash*, é só mais uma curtida. Ou é mais uma vida? Ou é um retorno para as nossas bases, para que realmente digamos que a política de transformar tem que ser dia a dia, dentro deste espaço, fora deste espaço, no nosso cotidiano. Nós estamos batendo palmas para a guerra civil brasileira não declarada. Superamos todas as guerras, todos os números. Mesmo assim, achamos que é normal; naturalizamos. Ouvimos discursos de pais, de familiares que afirmam, com toda convicção, que realmente já estavam aguardando o que aconteceu e que às vezes a culpa era deles.

Vou concluir, afirmando que o sonho de liberdade do povo brasileiro ainda existe. Os políticos, nos próximos mandatos, têm que parar de olhar para a Europa e passar a pisar no nosso solo. Agora, a mistura é brasileira. Todos devem ocupar esse espaço. A periferia não quer morar na burguesia, não. Nós queremos o que é nosso por direito. Nós queremos viver com a nossa realidade, mas com dignidade, com cidadania, com justiça, com incentivo ao esporte. O país do futebol não pode destruir os campos para construir quadras e *playgrounds* nos condomínios deles.

Precisamos de esporte, de cultura, de coisas simples. Vocês não imaginam como um biscoito *cream cracker* muda a realidade dos meus meninos. Vocês não imaginam. E eles estão lá de pés descalços. Acreditamos no sonho de cada um. Nunca foi fácil e nunca será, mas vamos continuar caminhando firmes e fortes na luta, em nome dos que já morreram e dos que já tombaram em busca de justiça no nosso País.

É nós! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Daniel. PT - SE) - Muito bem, Mano Sinho.

Eu gostaria que o nosso querido Márcio, da assessoria, ficasse de pé para que todos possam vê-lo. Ele vai anotar o nome de todos os que quiserem se inscrever para falar, fazer perguntas, propostas e assim por diante.

A Bruna Santos, da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, vai trazer uma pequena mensagem no final. Por isso, peço que ela ocupe a cadeira que a nossa querida Jessy, do Levante, estava ocupando.

Chamo para presidir a reunião neste momento o nosso companheiro Deputado Adelmo Carneiro Leão.



Antes, porém, passo a palavra à companheira Rita Cristina de Oliveira, defensora pública da União e coordenadora do Grupo de Trabalho de Políticas Étnico-Raciais da Defensoria Pública da União.

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos e a todas.

Primeiro, agradeço aos Deputados João Daniel e Adelmo Carneiro Leão o convite à Defensoria Pública da União para estar presente nesta oportunidade e falar sobre esse tema tão importante e urgente.

A minha fala vai perpassar um pouco tudo o que já foi falado aqui pelos outros componentes da Mesa. Na verdade, vou sistematizar o que já foi dito, mas com um enfoque que analisa o sistema de justiça criminal e a política de drogas e a relação que esses dois sistemas têm com as conclusões do *Atlas da Violência 2018*.

A constatação do *Atlas da Violência 2018* denuncia uma comprovada política de extermínio da juventude negra brasileira. Ela deve ser lida como uma política criminal que se mostra como um produto dileto do racismo estrutural na nossa sociedade. Esse produto se abastece de subprodutos que são pilares de uma atuação segregacionista: a guerra racista às drogas — porque não se trata de combate ao consumo de drogas, mas de uma política segregacionista racial, de fato —, o encarceramento em massa, o fortalecimento das discricionariedades do sistema e dos operadores jurídicos que operam na esfera decisória da aplicabilidade do sistema — leia-se: juízes, promotores e polícias.

Nesse contexto, para se discutir o *Atlas* e as iniciativas que podem ser transformadas em políticas específicas para a superação da violência contra a população negra, é necessário tornar claro que, se no Brasil os negros são 53% da população e na faixa de menor renda estão 33% dos negros, então pobreza no Brasil é uma questão de racismo evidente. Se 64% da população negra está encarcerada, a conclusão inevitável é que o racismo é uma questão fundante das nossas políticas de Estado. Nosso Estado é racista, é fruto de uma herança de economia estruturalmente escravocrata. A presença de Estado que permite reconfigurar e perpetuar essa realidade está preponderantemente no sistema de justiça criminal, que não só não atua para reduzir as desigualdades por meio da efetivação de direitos, como reforça a segregação racial por meio de uma política criminal que se erigiu e se volta com toda sua força e violência contra as pessoas negras e pobres.



Na história das políticas racistas perpetradas pela humanidade, nenhuma delas deixou de contar com a retaguarda do sistema de justiça, notadamente do sistema de justiça criminal. Estou falando não só de racismo negro, mas do nazismo, por exemplo. Todas as formas de racismo foram, antes de se tornar uma prática cultural disseminada, uma política de Estado. A criminalização de condutas que se volta contra pessoas em situação periférica — majoritariamente negros, que suportam a herança maldita da abolição incompleta — constitui na verdade a construção de um sofisticado estigma que atinge a raça, mas que, com ares de neutralidade racial e, portanto, possibilitando o silenciamento dos estigmatizados, os torna incapacitados de questionar esse estigma. Assim, eles recebem o selo de criminosos, e isso acarreta vergonha, sensação de fracasso social e uma série de outros ônus que permitem marginalizar os indivíduos por uma vida inteira e em números alarmantes, como vemos, no índice de violência letal.

O livro *A Nova Segregação*, da ativista, jurista e pesquisadora Michelle Alexander, resultado de uma pesquisa que evidencia o racismo estruturante do sistema de justiça criminal americano, é bastante enfático na descrição do papel do Poder Judiciário americano no sentido de conferir aparência democrática legitimadora ao sistema de justiça criminal, o qual é, na verdade, uma máquina destruidora e encarceradora de corpos negros. Isso se mostra bastante familiar com a operacionalidade do sistema de justiça criminal brasileiro, cujos avanços para deter a máquina de superencarceramento são tímidos e, quando ocorrem, são frutos de longos debates, que se arrastam às vezes por anos, com idas e vindas, o que denota uma falta de diretrizes dos tribunais para lidar efetivamente com a questão, prestando-se apenas para gerir o saldo de escolhas da política criminal, marcadamente racista.

A cumplicidade do sistema do Poder Judiciário e do Ministério Público com o extermínio da juventude negra é evidenciado, por exemplo, no baixo apreço à investigação dos conhecidos autos de resistências, cujos números de elucidação são praticamente nulos. A polícia tem um verdadeiro mandado de morte em nome do Estado e muitas vezes não precisa ser suficientemente habilidosa em deixar poucos vestígios de seus excessos para escapar de qualquer indagação por parte de quem deveria controlá-la.

São cenas comuns para os defensores públicos policiais admitirem, perante o júri, que ingressaram nas casas das pessoas sem mandado e muitas vezes sequer são



indagados a respeito do consentimento do morador. E, para os magistrados, a aparente ilegalidade dessa conduta em nada influencia a validade da prova. O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça são os grandes responsáveis pela chamada febre de relativização das nulidades. Nós nos acostumamos com isso, de forma que, salvo na hipótese de uma flagrante tortura, toda a atuação policial eivada de nulidade é relativizada para não influenciar na validade da prova produzida de maneira ilícita.

A pesquisa de Alexander é muito feliz em mostrar como os diversos julgamentos da Suprema Corte americana foram desconstruindo as garantias da Constituição americana e tornaram possível o aparelhamento do sistema de justiça criminal como ferramenta poderosa de segregação racial, com ares de neutralidade. A verdade inconveniente que pesquisas como a de Alexander nos revela é a de que não há como existir racismo estrutural em todas as formas nas quais ele se aparelhou, especialmente no sistema de justiça criminal, sem a preponderante participação do sistema de justiça criminal.

No caso brasileiro, a institucionalidade do racismo no sistema de justiça criminal se verbaliza muito fortemente não só pelo extermínio policial de jovens negros em comunidades periféricas, mas também por uma resposta penal mais repressiva e violenta do sistema penal sobre essas pessoas e pelo cancelamento da barbárie em penitenciárias superlotadas de corpos negros que são aviltados em condições desumanas.

Sabemos que existem no Brasil verdadeiros paraísos do uso de drogas pelas elites que não sofrem qualquer intervenção do sistema repressivo, senão para garantir a privacidade e a segurança dos frequentadores. Tomo como exemplo Jurerê Internacional, um paraíso elitizado de praias, festas e drogas que não conhece batidas policiais, apreensões. Ali a polícia está apenas para garantir a diversão, em segurança, da juventude abastada. Isso mostra que o problema não é o consumo de drogas. O problema é quem consome as drogas.

Os movimentos sociais não podem mais se calar ou serem calados diante de evidências e precisam ser chamados para contribuir na construção de políticas, se, de fato, nós queremos superar essa política de segregação e mortes.

Eu tive a oportunidade de estar, alguns dias atrás, com um movimento que está ocupando o seu espaço nesse debate de maneira muito própria e propositiva, a ONG Movimentos: drogas, juventude e favela, que logrou reunir 15 jovens moradores de



favelas para pensar, pesquisar e discutir política de droga sob a perspectiva da favela e para a favela. Eles desenvolveram uma forma interessante de apropriação política do debate, porque entenderam que não se pode falar em política para a comunidade sem dar voz a ela e sem permitir que ela faça parte dessa construção. Eles criaram uma cartilha muito esclarecedora dos estudos que fizeram, a qual traz orientações sobre os equívocos e as políticas de drogas que têm exterminado a juventude negra. Uma frase que é muito impactante na cartilha deles é a seguinte: *"Falamos sobre nós e em nosso nome, mas quase nunca ouvem o que nós temos a dizer"*.

Eu trouxe alguns exemplares da cartilha para distribuir a quem quiser, mas não sei se vai dar para atender a todo mundo. Essa cartilha condensa informações e estudos muito profundos e consegue mostrar, numa linguagem muito clara, como a política de drogas no Brasil é enviesada pela questão racial e social.

Aqui já temos um indicativo de caminho a trilhar na busca de políticas específicas de superação da violência: ouvir as comunidades sobre as suas peculiaridades na convivência com a violência. Um morador do Morro do Alemão que convive com constantes intervenções violentas, advindas de policiais e agora de militares, e também com a disputa do narcotráfico tem experiências, por exemplo, de fechamento de escolas e de postos de saúde, que são completamente diversas daquelas de quem convive com a violência decorrente de conflitos de narcotráfico atrelados a outras espécies de rivalidade e confrontos policiais em um município do Norte do País, por exemplo.

Embora o recorte racial e social seja a tônica constante da vitimização da violência, conforme mostra o *Atlas*, as soluções não podem ser uniformizantes, sob pena de serem falaciosas e ineficientes. É fácil perceber que o sistema de justiça criminal tem um grande instrumento de segregação na política antidrogas, que se funda no que o sociólogo Jessé de Souza chamou de dialética da privatização do público por uma elite, e essa dialética se caracteriza por tiranias privadas que se projetam na esfera pública das relações político-sociais.

A política criminal que se abastece, sobretudo, de uma guerra racista às drogas tem sido um local privilegiado de autoritarismo em nossa sociedade e na nossa combatida democracia em que a continuidade do racismo estruturante é facilmente verificada e denunciada pelo *Atlas* que estamos discutindo.



Alguém acredita que, se esses números alarmantes fossem sobre jovens brancos e se as penitenciárias estivessem lotadas de jovens brancos por narcotráfico, a questão não seria politicamente tratada de maneira diferente?

Eu não acredito em soluções que não passam por uma transferência do debate político entre as comunidades afetadas, por meio de seus movimentos organizados, e sem que lhes seja conferido um elevado grau de permeabilidade nas decisões políticas. Algumas propostas já vêm sendo debatidas e pensadas por ativistas e intelectuais que pensam sobre o tema. São necessárias políticas efetivas de enfrentamento ao racismo, em sentido amplo, de modo a evidenciar como, em relação à população negra, os agentes de Estado são encorajados a usar da violência como único e primeiro recurso e criar assim uma consciência global sobre a brutalidade do racismo.

É necessário discutir com seriedade as políticas de desencarceramento em massa, de maneira mais urgente e efetiva, com a formatação de modelos de justiça restaurativa. O sistema prisional, como existe hoje, não é operante e funcional sem o racismo.

É importantíssimo fortalecer as Defensorias Públicas, honrando o compromisso constitucional proveniente da Emenda nº 80, de 2014, consistente no art. 98, § 1º do ADCT, porque a Defensoria Pública tem um papel fundamental, do qual não se pode abster e nem se prostrar, em face de negociações espúrias com agentes do Poder Executivo e do Judiciário. As Defensorias Públicas constituem o único e o último reduto de resistências dos direitos dessas vidas que sempre foram submetidas a uma condição de desimportância. Então, não pode ser tratada a Defensoria como uma concessão das elites, sob pena de cancelamento da prevaricação e da barbárie.

É preciso discutir com seriedade a desmilitarização das polícias e o estabelecimento de mecanismos efetivos de controle comunitário das polícias, o que passa pelo fortalecimento dos movimentos e organizações sociais, de forma a entender que nenhuma política antissegregacionista no mundo foi efetivamente implementada sem a participação e a pressão dos movimentos organizados da sociedade. Eles existem e estão tentando ser ouvidos. O mundo digital tem nos mostrado que há muitos ativistas intelectuais negros pensando e agindo sobre a questão racial não resolvida.

A ideia de que a guerra contra as drogas tem por escopo a repressão da violência praticada pelas facções criminosas cai por terra diante de pesquisas como o *Atlas*; o que



se mostra é que existe uma assustadora e crescente violência letal contra a população negra e ela é nutrida pela política criminal de drogas.

Portanto, e já finalizando, para se conter essa alavancada violência letal contra a juventude negra é urgente repensar a política de drogas, no sentido de legalizar e regulamentar o consumo, de adotar outras formas de política de controle social, especialmente por meio da saúde pública e de rígidas políticas de tributação. Ainda que se argumente que o consumo de drogas gera um custo social, as políticas repressivas dinamizam o racismo que estrutura a nossa sociedade e promove um verdadeiro genocídio negro.

Assim, ou aceitamos que tais efeitos repressivos são contrários ao nosso Estado Democrático de Direito, porque o mito de um mundo sem drogas é tão falso quanto o mito da democracia racial, ou vamos permanecer "*enxugando gelo*" com panos encharcados de sangue negro.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Adelmo Carneiro Leão. PT - MG) - Passo a palavra à Sra. Bruna Santos.

Eu já comuniquei ao Deputado João Daniel, que deve estar voltando, que o nosso tempo está chegando ao final e há uma lista de inscritos.

A SRA. BRUNA SANTOS - Boa tarde. Eu queria parabenizar a todos os que integram a Mesa, em especial, o Deputado Federal João Daniel, que é do meu Estado, por ter aberto este espaço de debate sobre o genocídio da juventude negra, tema debatido em poucos espaços, mas que está sendo debatido na Câmara.

Eu sou Diretora da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas — UBES e debatemos muito sobre a questão da educação. Eu quero fazer uma fala breve voltada para essa questão, porque não tem como debatermos a questão da violência contra a juventude negra sem debater a questão da educação e também sem interligar isso com a crise carcerária que temos em nosso País. Vemos que jogam os jovens negros dentro da prisão sem analisar a questão voltada para a educação nas escolas nas periferias, nas escolas rurais, nas escolas do interior, onde também é pouco debatido isso.

Em alguns anos, tivemos uma melhora na educação e nas estruturas das escolas. Agora, depois do golpe, percebemos um retrocesso, um sucateamento ainda maior das escolas estaduais, dos institutos federais e também das universidades. E o jovem negro,



muitas vezes, por não se interessar pelo assunto, pela questão estrutural da escola e até por debater sua questão histórica, não consegue se manter ali, não se vê naquele espaço, onde não há merenda, onde ele não consegue se sentir acolhido.

É por isso que a UBES faz a defesa da Lei nº 10.639, de 2003, que vem para legitimar que seja debatida a questão da cultura afro-brasileira, da nossa história, que pouco ouvimos. Nós do ensino médio não debatemos muito isso na escola. Só vimos a refletir sobre a nossa cultura em novembro, porque as escolas acham que esse é o melhor momento, mas, fora desse período, não o fazemos. E, quando paramos para analisar os debates que acontecem, vemos que são sobre beleza negra. É sempre a mesma coisa, duas pessoas para falar. Acaba que a galera não se sente atraída para isso.

Queremos ver nos nossos livros de história as nossas lideranças negras, a nossa história desde a África, sem rotularem que os negros vieram para o Brasil, porque eles não vieram, eles foram forçados a vir. Aprendemos que os negros vieram para o Brasil, quando não foi bem assim. Percebemos que há alguma coisa errada já daí. Fazemos muito dentro da UBES e dentro do coletivo de que eu faço parte, que é o Coletivo Quilombo, a crítica dessa questão educacional. Criticamos tanto a estrutura quanto a metodologia dentro das escolas para debater isso.

Trouxeram pontos importantes, como a questão política de drogas, que também não debatemos na escola, o que acho que tem que mudar.

Outro ponto é que não vemos ser debatida aqui na Câmara a questão do sucateamento das escolas e institutos federais, mas vemos ser debatida uma reforma do ensino médio que não foi discutida com os estudantes, uma reforma do ensino médio que não contempla os estudantes e que só vem trazer mais retrocesso. O jovem negro também não vai se enquadrar nisso — não vai! E a Lei da Mordaça vem tirar os debates, que já não acontecem. Ela vem para legitimar que não aconteçam esses debates sobre questão religiosa, questão racial, questão de gênero dentro das escolas. Precisamos reforçar que isso está ocorrendo.

Precisamos também analisar onde estão as escolas que têm uma estrutura melhor. Elas estão localizadas no centro, mas a juventude negra não está no centro das cidades. A juventude negra está nas periferias, está nas escolas do interior. Muitas vezes há uma escola estadual por Município — pelo menos lá no meu Estado, Sergipe, é assim —, e



essas escolas estão em situação precária. As oportunidades para a juventude negra acabam sofrendo retrocesso justamente a partir daí. Quem mais sofre com a precarização das escolas é a juventude negra, porque é ela que tem que participar do ensino estadual nas escolas públicas.

Os estudantes negros vão para a universidade a partir das cotas, mas agora eles também estão com medo, porque nós não sabemos como é que vai ser daqui para frente. Com tanto retrocesso que vem acontecendo em nosso País, que atacam justamente a juventude negra, não temos esperança de entrar na universidade e permanecer lá. Nós não temos isso, até porque o transporte público é caríssimo. Ou o estudante se alimenta na universidade, que ele também tem que pagar, ou ele chega à universidade.

Como disse uma companheira que falou aqui, várias portas vão se fechando. Primeiro, nós trabalhamos em casa, para conseguir organizar as coisas, cuidar do irmão, e às vezes temos outro trabalho. Depois nós precisamos entrar no transporte, mas perdemos o ônibus. Essa é a primeira porta fechada. Quando chegamos atrasados à escola, e o guardinha fala "*Épa! Você vai ter que esperar o segundo horário*", essa é outra porta fechada. Isso vai desestimulando os estudantes. E quem toma essa porta na cara, em sua maioria, é a juventude negra, que tem que pegar horas e horas de ônibus se quiser estudar numa escola que tenha uma estrutura melhor.

Então, eu acho que nós temos que debater justamente essa questão da educação, que está muito interligada à crise carcerária existente hoje em nosso País. Vemos pessoas falarem sobre maioria penal, mas não vemos debates. Falam que os jovens negros que estão na penitenciária trabalham, mas essa questão do trabalho nas penitenciárias é uma coisa muito rara. Os presos voltam às ruas com mais sangue nos olhos para se vingar das pessoas que os colocaram na prisão. Além disso, vemos também injustiças. O jovem negro não sai de sua casa na periferia se sentindo seguro quando vê um carro da polícia. Pelo contrário, nós ficamos com medo! É preciso também debater isso.

Eu acho que este espaço é muito importante. Nós da juventude negra temos que pautar essa questão da nossa educação, para que tenhamos educação digna. Que exista acesso à universidade, mas que também consigamos permanecer lá, porque muitos desistem. Mesmo para os que se formam no ensino médio e entram na universidade, conseguir um emprego é muito difícil também. E qual vai ser a saída para eles? O que



eles vão procurar? O que está ali mais perto da comunidade: o envolvimento com o tráfico. Também temos que debater isso.

Por isso, temos que debater a política de drogas nas escolas, nas universidades. Temos de analisar a solução para isso e ouvir os jovens. Não se deve chegar e dizer: "*Temos essa proposta*" e pronto. Precisamos ouvir os jovens, os estudantes negros, os universitários negros, porque, se fizemos um processo em que nós apontamos a solução sem debater com eles, fica muito complicado alcançar resultados. E na maioria das vezes a galera se sente encabulada de chegar a um espaço como este e conseguir contar o que vive.

Queria parabenizar novamente a Comissão e também frisar a necessidade de debatermos a educação, debatermos a precarização das escolas, debatermos a permanência dos estudantes negros nas universidades.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Daniel. PT - SE) - Muito obrigada, companheira Bruna, guerreira, lutadora, que representa a juventude brasileira da classe trabalhadora.

Eu queria, antes da fala do Gabriel, a última da mesa, para a qual concederei 5 minutos, passar a palavra para o nosso querido Deputado Adelmo Carneiro Leão, que vai, por motivos de agenda, ter que se ausentar. Gostaria de passar a palavra a S.Exa. pelo tempo necessário e deixar aqui, de público, o reconhecimento a um dos maiores e melhores Deputados desta Casa, com o qual tenho o prazer de conviver durante este mandato.

V.Exa., Deputado Adelmo, tem a mais alta capacidade, compromisso e coerência e é um orgulho para o Parlamento brasileiro.

O SR. ADELMO CARNEIRO LEÃO (PT - MG) - V.Exa. é muito generoso, Deputado João Daniel.

Fico muito honrado por participar desta audiência pública, por ter, inclusive, presidido uma parte desta reunião.

Ouvi cada uma e cada um de vocês, que nos trouxeram dados muito inquietantes, preocupantes. As falas foram profundas. E nós precisamos traduzir em obras, em ações o que foi dito, o que nós estamos constatando aqui hoje. Quase sempre nas audiências da Comissão Direitos Humanos e das Comissões em geral — e eu já participei de várias audiências nas Comissões Pastorais, nas Comissões da Assembleia de Minas Gerais e,



agora, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias aqui da Câmara dos Deputados —, defrontamo-nos com as ações mais contundentes, que nos mostram o quão distantes estamos do Estado Democrático de Direito, da justiça. Nós estamos do outro lado da margem e precisamos fazer essa travessia.

Uma das palavras mais contundentes que eu ouvi aqui hoje foi a do Gerfferson, cheia de lirismo, mas com uma profundidade desafiadora: *"Há que abraçar os espinhos para que nós não abracemos as rosas nos funerais"*. Precisamos cultivar as roseiras, e para isso há que abraçar os espinhos. Assim poderemos colher rosas em tempos que sejam diferentes deste, em que elas estão muito mais presentes nos funerais.

A situação é muito preocupante, tendo em vista a forma hipócrita como tratamos a questão das drogas, do aborto, da juventude, da educação. Está tudo por fazer. Este País tem um potencial enorme. O problema é que as barreiras existentes aqui hoje e sempre foram colocadas por uma elite gananciosa, preconceituosa, que tudo quer para si, inclusive os corações, as almas, o trabalho, os braços do povo brasileiro. Isso é absolutamente inaceitável!

Hoje estávamos diante do Supremo Tribunal Federal para tratar da questão do Presidente Lula, que está preso. Há lá algumas pessoas — 7 ou 8 pessoas — em greve de fome há 15 dias, mas esse fato não sensibiliza aquela gente que está no STF.

Certamente o Supremo não sabe de tudo o que se passa neste País, como cada um de nós não sabe de tudo. Mas nós sabemos que hoje existem alguns milhares de pessoas que estão condenadas injustamente, sem provas, até sem julgamento — estão em prisão temporária, sem julgamento. E quem são essas pessoas? Quais foram os crimes que elas cometeram? Nós sabemos de pessoas neste País que estão condenadas como terroristas pelo crime de portar um frasco de detergente. Por que razão? Quem é essa pessoa? Certamente uma pessoa da favela, um negro, um pobre. Nós sabemos também que foi identificado e apreendido um helicóptero cheio de cocaína — isso foi comprovado. Nem o helicóptero, nem a cocaína, nem quem estava conduzindo o helicóptero... Sabemos da conclusão do processo: ninguém foi preso, nem o piloto! E a droga tem origem, tem dono, tem cara. Nós sabemos disso. Quando o Gerfferson falou em abraçar os espinhos, esses são os espaços espinhosos que nós temos que atravessar. Não é possível aceitarmos casos assim! E não é possível admitirmos o silêncio de um Supremo Tribunal Federal que deveria ser o guardião da Constituição, mas



se faz, ele, o Supremo, a Constituição do Brasil. Ele não é o defensor da Constituição, ele é a Constituição, porque define quem é preso ou não. Isso é um absurdo!

O que a Maria de Fátima colocou é fato. Eu sou testemunha disso também. Eu caminhei e caminho pelas periferias das cidades e sei da questão do abuso de nossas crianças, do estupro, do assédio a crianças dentro do espaço que deveria ser o mais sagrado de todos, o mais acolhedor, o mais cuidador de todos, que é o espaço familiar. Que família é essa? Vemos aqui muita gente defendendo a família, mas defendendo que família? Quem são as nossas crianças? Se nem os nossos filhos estão protegidos, imaginem os filhos dos vizinhos, dos outros, os pequenos que estão nas ruas. Precisamos mudar a cultura brasileira implantando pensamento no sentido de que temos que tratar qualquer criança como um filho, onde ela estiver, independente de sua origem — uso o termo "filho" no sentido mais sagrado, relacionado a cuidado, a proteção, e não com a seguinte ideia: *"O meu filho pode tudo, e o do vizinho é diferente, tem que ser tratado de modo diferente"*. Sem isso não daremos um salto de qualidade. O desafio é enorme, e é muito bom que isso seja explicitado neste espaço.

Lamentavelmente nós temos um problema grave, porque há um processo de criminalização da política, que é intencional. Isso não é uma questão episódica, não é casual, não, é intencional. Essa criminalização quer fazer todos nós aqui iguais, como se tivéssemos vindo do mesmo balaio, do mesmo saco. Isso é muito bom para quem quer a dominação, para quem quer manter este País do jeito que está, com a concentração do poder e da riqueza nas mãos de poucos, a ponto de meia dúzia de famílias terem o equivalente ao patrimônio de 100 milhões de pessoas. Isso é aceitável? Isso é compreensível? Isso é Estado Democrático de Direito? Isso é Estado? Isso é liberdade mesmo? Estão dizendo que qualquer coisa que falamos sobre essa estrutura dominante é uma ofensa à liberdade, é um problema de censura. Isso acontece com todas as falas que ameaçam a estrutura dominante.

O que ameaça o sistema dominante? O negro entrar num avião é uma ameaça; a empregada doméstica ter uma carteira assinada é uma ameaça; a pessoa ter uma casa própria, por mais simples, mais humilde que seja, é uma ameaça. São essas as ameaças à estrutura dominante que existem hoje. O desafio é muito grande.

O que vocês colocam aqui são dados, são informações que não podem ficar apenas guardadas nos arquivos do Congresso Nacional. Nós temos que fazer — eu já falei com a



Rita — essa cartilha. Nós, Deputado João, precisamos multiplicar aos milhares, aos milhões essa cartilha e outras que versem sobre temas muito importantes. Vamos colocá-las no espaço das escolas. Como foi sugerido pela Bruna, pela Rita e por vocês que estão discutindo, vamos fazer com que as decisões fundadas na participação efetiva da sociedade.

É preciso tratar das nossas forças de segurança. Eu quero concluir com essa reflexão. Acho muito importante que o País tenha um Exército muito mais forte do que o que tem hoje, que não dá conta de cuidar das nossas fronteiras e enfrentar as questões mais graves para defender a nossa soberania. Nós precisamos de um Exército forte, poderoso, para defender a soberania nacional, e não para ocupar as favelas e os morros do Rio de Janeiro. Nós não precisamos dele para isso.

Nós precisamos da polícia para cuidar e olhar as pessoas como seres com valor, como quem deve ser defendido, protegido, não como inimigo. A militarização da polícia, a ação militar efetiva diante da sociedade hoje é colocada numa relação de guerra, em que todos são inimigos, inclusive o menino com a mochila. É tão inimigo que leva um tiro pelas costas. É inimigo de quem?

Volto, ainda, a uma questão que é um desafio imenso. O que fazer quando, dentro de casa, as pessoas mais próximas, mais confiáveis — o compadre, o amigo, o padrinho, o vizinho, o irmão, o pai, o avô — usam sexualmente as nossas crianças, as exploram em sua dimensão da maior intimidade e dignidade, as fazem mães tão cedo? Isso é fruto do sistema dominante em nosso País, reproduzido pelas atuais estruturas. E, quando se sente ameaçado, faz o que nós estamos assistindo no Brasil, golpeia a estrutura que é escolhida, que tem a efetiva participação do povo brasileiro.

Não vamos desistir. Este Brasil imenso tem potencialidades enormes e muitas possibilidades, com a terra, com a água, com os minérios.

Eu reproduzo a fala do filho de José Alencar Gomes da Silva, um grande empresário nacional, para não dizer que todos os empresários têm a mesma visão e a mesma posição. Ele diz que o Brasil tem problemas gravíssimos a serem enfrentados, como a burocracia estúpida, a estrutura tributária, a estrutura de Estado, mas que o que tem de melhor, de mais criativo e inventivo é o seu povo. Quem tem empresas ou fábricas na Argentina, na Índia, no Canadá e em vários outros países do mundo reconhece que, de todos os trabalhadores, os brasileiros são os melhores. Esse povo não merece o



tratamento que recebe de nossas elites gananciosas e estúpidas, que fazem do Brasil o que está sendo feito.

Este é o lugar de se fazer o bom debate e, mais do que isso, o necessário combate, porque é possível construir um País diferente e melhor do que este, um País verdadeiramente justo e fraterno. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Daniel. PT - SE) - Muito obrigado, companheiro Deputado Adelmo Carneiro Leão. Suas palavras são fortes, porque são feitas de compromisso. V.Exa. é um grande Parlamentar.

Nós queremos saudar aqui o Márcio Ângelo, Diretor de Grêmios da UBES. Márcio, muito obrigado pela sua presença. Se quiser fazer uso da palavra, pode vir para frente pegar o microfone.

Vão usar a palavra Ítalo de Souza, do Levante Popular da Juventude, Adriano Rodrigues, João Cerqueira, que está aqui também, e Johari. O Johari é um grande jovem, que hoje está na Associação Nacional de Pós-Graduandos.

O Gabriel vai falar agora pelo tempo de 5 minutos. Capriche para ser de 5 minutos o seu tempo. Ele não estava na programação, mas é um companheiro que faz parte de um coletivo nacional e também é do mandato do nosso querido companheiro Deputado Rubens Otoni, de Goiás.

Com a palavra Gabriel Eduardo.

O SR. GABRIEL EDUARDO - Boa tarde, Deputado João Daniel. Boa tarde, companheiros e companheiras. Cumprimento toda a Mesa.

Depois de tanta gente importante, pode parecer que seremos mais do mesmo. E eu prometo que não vou ultrapassar o tempo, Deputado.

Eu gostaria, de uma forma muito especial, de saudar primeiramente o companheiro Deputado Federal Rubens Otoni, do PT de Goiás, o único Deputado Federal de Goiás que é incentivador e defensor da juventude goiana. Ele foi Relator da Agenda de Segurança Cidadã, lançada recentemente aqui nesta Casa.

Também queria saudar a nossa pré-candidata ao Governo de Goiás, a Profa. Katia Maria, que apresenta um modelo de governo renovador para o Estado de Goiás, o qual está sob o poder do PSDB há 20 anos e hoje é o oitavo Estado com o maior índice de assassinato de jovens.



Ambos estão muito atentos a este debate. Na pessoa deles, eu faço uma saudação a todos os que estão aqui presentes e a quem nos acompanha pela Internet.

Como já foi dito, eu me chamo Gabriel. Eu sou bolsista do PROUNI, com uma bolsa integral na Faculdade Mauá de Brasília. Lá nós temos o Núcleo de Estudos de Violência e Criminalidade, do qual eu faço parte, desde 2014. Em 2015 eu pude contribuir e assinar, junto com o Senador Lindbergh Farias, o relatório final da CPI do Assassinato de Jovens. Por conta disso, fui convidado a ser Delegado da Assembleia da Juventude da Organização das Nações Unidas. Além disso, represento aqui hoje o coletivo Vidas Negras, que é um programa da Organização das Nações Unidas da Década Internacional de Afrodescendentes, que tem por objetivo provocar e estimular os governos em suas diversas entidades para o combate ao extermínio da juventude negra e periférica.

Para iniciar, para que nós possamos tratar a questão da violência no Brasil, é da nossa opinião pessoal e da opinião da Organização das Nações Unidas que precisamos ter a vivência sobre aquele problema.

Para falar um pouco disso, eu acho importante dizer onde moro. Eu moro na cidade de Luziânia. Para quem não conhece a região, ela fica em Goiás, mas próxima de Brasília, como se fosse uma periferia de Brasília. Só que em Luziânia nós também temos uma periferia. Eu moro na periferia de Luziânia, ou seja, na periferia da periferia, no bairro chamado Sol Nascente. Vou ilustrar em números isso — o pessoal do IPEA deve ter mais conhecimento do que eu —, a cidade é a 14ª mais violenta do País. No Entorno do Distrito Federal — consideramos esse nome pejorativo, chamamos a região de Área Metropolitana de Brasília —, o índice de jovens negros assassinados é de 9 a cada 10, ou seja, 90% dos jovens assassinados no Entorno são negros, superando a taxa nacional, que é de 7 a cada 10.

É claro que essa pauta de debate é muito ampla. Eu não vou me alongar nessas questões, mas tenho de dizer que a opinião da Organização das Nações Unidas e de todo o nosso coletivo, tanto na ONU quanto na Juventude do PT, é que este ano temos que apresentar uma narrativa clara para a população. Ao contrário do que nós defendemos, há projetos e alternativas de extrema direita que não garantem, porque são soluções rasas e ineficientes, segurança e paz nos territórios.

Eu digo que essas soluções são rasas e ineficientes, primeiro, porque, de cara, não abrangem a parcela da sociedade mais pobre, ou seja, que não tem dinheiro para pagar



segurança privada, elevar o muro de suas casas, ter carro blindado, comprar arma de fogo, etc., e, segundo, porque só servem para enriquecer as grandes empresas que lucram com a insegurança, que vendem o medo para que as pessoas comprem segurança, e a grande mídia, que ganha dinheiro com o sangue de povo negro. Essas soluções pautadas por eles não têm efetividade em local nenhum do mundo. Eu desafio aqui quem possa dizer que, por exemplo, armar o povo teve efeitos na redução da criminalidade em qualquer lugar do mundo.

Precisamos entender que os territórios não são violentos por si. Existe uma cortina, um pano de fundo que faz com que esses territórios sejam violentos. Eu quero falar um pouco a vocês da situação de Luziânia que está por trás de ela ser a 14ª cidade mais violenta do País. Esses dados são do *Atlas da Violência 2018*. Eu vou falar da minha cidade, mas de questões nacionais, por estudar aqui em Brasília, no Núcleo de Estudos de Violência e Criminalidade, a problemática da minha cidade. Depois desses dados, nós vamos ver que o que deságua na violência são os problemas sociais.

Para vocês terem uma ideia, estudos apontam que o melhor investimento para a prevenção da violência é na primeira infância, porque há impactos não só sociais, mas também psicológicos, emocionais e neurológicos. Há crianças que sofrem impactos neurológicos quando expostas à violência. Luziânia está entre as 20 piores cidades em atendimento de educação para crianças de 0 a 3 anos. Então estão caminhando juntos os dois problemas.

Por exemplo, 75% da população carcerária não concluiu o ensino médio. Ou seja, sabemos onde estamos perdendo a nossa juventude. E a nossa cidade está entre as 100 piores em atendimento educacional de jovens de 15 a 17 anos. Se nós analisarmos os dados de uma forma mais focalizada, vamos ver claramente que os locais e territórios com mais homicídios são sempre aqueles onde há mais evasão escolar. Isso é o que estudos nacionais e internacionais demonstram.

E, para quem gosta de fazer comparações, os anos em que a polícia do Rio menos matou, menos prendeu e menos morreu foram os anos de 2011 e 2012, quando o Rio teve índices mais ou menos civilizados com relação à desigualdade social. E Luziânia — volto à minha cidade — está entre as 100 piores cidades com menor renda *per capita* entre os 20% de cidadãos mais pobres.



Os dados estão claros e nos mostrando que a questão da violência está totalmente atrelada à questão da educação e da desigualdade social. Por isso, nós defendemos ações amplas que possam fazer da segurança pública um bem de todos e todas, não só de uma parcela que pode pagar pela segurança pública.

Diferentemente daqueles que apresentam propostas extremistas — eu desafiei alguém a mostrar exemplo de cidade que reduziu a criminalidade ao armar a população —, nós temos exemplos de cidades no mundo inteiro que, com ações focalizadas, com ações objetivas nesses problemas sociais que acontecem em Luziânia, conseguiram reduzir o número de homicídios.

A cidade de Medellín conseguiu reduzir o número de homicídios em 90%, agindo nesses pontos-problema, que existem em Luziânia e em todas as periferias do Brasil, com relação a saúde e educação, acesso a emprego e renda para a juventude. A cidade de Bogotá, que eu acompanhei muito de perto, também avançou na redução do número de homicídios. Cito também Cáli, Miami e infinitas cidades no Brasil — nós temos o exemplo brasileiro de Pelotas —, onde as Prefeituras agem com relação à redução do número de homicídios.

Essas cidades são provas de que é possível reduzir a violência agindo de forma positiva nesses problemas. Assim essas cidades conseguiram reduzir esses problemas. Eu voltei em fevereiro do último compromisso das Nações Unidas. Eles nos mostraram que havia setores lá em Nova York, assim como em Miami, com tanta violência quanto no Rio de Janeiro e que conseguiram reduzi-la a partir de ações em investimento social.

Por conta do tempo curto, não vou me estender no problema dos prejuízos da Justiça Criminal — a Rita foi muito clara e eu me sinto contemplado por tudo o que ela disse, mas fico aberto a um próximo convite —, no entanto não posso deixar de dar uma pincelada na questão da polícia que nós temos no Brasil, se queremos tratar de redução de homicídios. Nós precisamos de um novo modelo de polícia. Esse debate foi feito na CPI sobre assassinato de jovens.

Nós precisamos de uma polícia focada na inteligência e na gestão do território. Os crimes de homicídios, via de regra, acontecem somente em 2% dos territórios da cidade, que são aqueles mais periféricos. Nós precisamos que a polícia não deixe de existir — precisamos de investimento social nesses territórios — e que a polícia aja de forma inteligente nessas periferias.



Qualquer professor de criminologia mostra que o crime é concentrado no tempo e no espaço. Então, se nós queremos falar de uma polícia ideal para o Brasil, minimamente ideal, que esteja conectada com a polícia do mundo desenvolvido, ela, de cara, tem que deixar de ser dividida entre Polícia Civil e Militar.

O Senador Lindbergh Farias falava, em 2015, na CPI do Assassinato de Jovens, que o sistema de polícia no Brasil é uma jabuticaba, porque só aqui existe essa forma de Polícia Civil e Polícia Militar. Hoje nós precisamos de uma polícia que seja mais cidadã, mais próxima da sociedade, e, para isso, ela tem que deixar de ser militar. E tem que ser única, fazer o ciclo completo, desde a abordagem até o acompanhamento com o Ministério Público. Isso é urgente para o Brasil, neste momento. E, claro, deve priorizar aqueles crimes em que haja violência ou grave ameaça.

Para finalizar, nós precisamos pautar uma nova política de drogas a partir da redução de danos. Se nós analisarmos, por exemplo, 75% dos presos por tráfico, toda a droga apreendida com eles não dá um grande carregamento. Isso é muito claro. Hoje nós temos uma política de drogas que mais mata por conta da guerra entre pequenos vendedores em favelas, de guerra com a polícia, por bala perdida, do que pela própria *overdose* ou o próprio abuso. Então, está claro que o combate é que está errado. E, a partir daí, nós temos o maior problema: esse combate não é justo, é um combate que criminaliza. E criminaliza quem? Criminaliza um jovem negro que tem 90 gramas de maconha numa favela, numa comunidade, mas libera o filho de uma desembargadora, branco, com 90 quilos. E isso, de fato, é inaceitável.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Daniel. PT - SE) - Muito obrigado, Gabriel Eduardo, Delegado da Assembleia da Juventude da ONU.

Bem, nós agora temos algumas inscrições. Em seguida, vamos fazer o fechamento da audiência. Então, queríamos ver se há mais alguém que queira se inscrever. O Márcio, que está aqui no plenário, recolhe o nome.

Vamos passar para a primeira intervenção.

Concedo a palavra ao companheiro Johari, da Associação Nacional de Pós-Graduandos.

O SR. JOHARI PROVEZANI - Boa tarde a todos e a todas.



Em me chamo Johari. Sou de Minas. Como ele ali, também sou de um bairro periférico da minha cidade. Sou formado em engenharia e, por conta disso, gosto de dados, gosto de estatística. Mas acho que é importante trazer um pouco de casos próximos, para a gente sentir.

Eu tenho um pai negro, que foi assassinado no Pará. Eu tenho uma amiga, Kayla, que se suicidou por questões de LGBTfobia. Eu tenho um amigo, Felipe Doss, que foi assassinado na Bahia. Até hoje a gente não nenhuma solução disso. Eu tenho parentes que também foram assassinados.

Eu olho para minha amiga Taíres, olho para minha amiga Bruna, para o João, e penso: será que um deles será o próximo a ser assassinado? Será que são eles que vou deixar de ver amanhã? que vou ver no caixão que vou ajudar a carregar, como ele, ali, já ajudou a carregar muitos também? Isso me emociona, porque a gente, que é jovem, sofre com várias questões. A juventude negra morre cotidianamente. Temos mais mortes de juventude negra no Brasil do que em guerras. A juventude LGBT está sendo assassinada. A expectativa de vida de uma pessoa travesti ou trans é de 33 anos, no Brasil. Isso é inadmissível. Não podemos continuar com isso.

Aí, nós viemos aqui com propostas de ações. Não existe uma proposta concreta que dá resposta para tudo o que está aí, senão estaríamos às mil maravilhas. Mas acho que a gente tem algumas problemáticas, quando as ações vão ser executadas, que vêm da questão da estética e do conteúdo. A gente não consegue juntar essas duas questões. Às vezes nós temos propostas com uma estética muito bonita, que são coisas que agradam. Você vê ali, é bonito, olha, aquilo ali vai resolver o problema. Mas, no conteúdo, é nulo. Aquilo, como um todo, não altera a realidade concreta. Não consegue perceber, por exemplo, que a morte da juventude negra é uma questão histórica, da escravidão, que se perpetua até hoje, como também a questão da morte de mulheres. Tudo isso, a gente tem que perceber. Às vezes, a gente tem um conteúdo muito bacana mas que não dialoga com a gente, que é jovem, o que é uma questão chata. Então, a gente tem que conseguir aliar essas duas questões.

A gente fala muito de perspectivas e de oportunidades. A gente teve uma perspectiva muito boa, que foi criada nos últimos anos com o FIES, o ProUni e o REUNI. Ao mesmo tempo, uma vizinha minha conseguiu uma bolsa integral para cursar Medicina,



mas a mãe dela disse: "*Você não vai estudar Medicina, você é preta, você tem que trabalhar*". E ela abandonou o sonho dela de fazer Medicina para trabalhar.

A gente não pode aceitar isso. As perspectivas nossas estão sendo mortas. Quando a gente não é morto fisicamente, são os nossos sonhos que são mortos. E a gente tem que atuar nisso, a gente tem que atuar na mudança dos rumos que a gente tem. A juventude não é o futuro do país. A juventude é o atual, é a juventude que está aqui hoje fazendo a mudança. E a gente tem que conseguir alterar, a gente tem que conseguir trazer perspectivas, trazer oportunidades.

Quando a gente tem, por exemplo, as cotas que permitem a entrada da juventude negra, da juventude periférica na universidade, fala-se que vai piorar o ensino, que vai dificultar. Isso é balela! O estudo da PNAS — Política Nacional de Assistência Social e do Fundo de Financiamento Estudantil mostra que a negritude que entrou na universidade obtém melhores notas do que quem é branco, mostrando que só lhe faltava uma oportunidade de estudar, que ela nunca teve na vida. A gente chega à pós-graduação e não vê negros. Você não tem professores negros. Você não tem exemplos disso. A gente tem que mudar, a gente tem que ter cotas na pós-graduação, a gente tem que ter cotas no Judiciário, a gente tem que ter cotas em outros locais.

Vejam esta assembleia, esta Câmara em que estamos: só vemos branco aqui dentro, só vemos hétero aqui dentro, só vemos homem aqui dentro. A gente que não é homem, branco, hétero, cis, e tudo isso, não se vê aqui. A gente que é LGBT não se vê aqui dentro deste espaço. Então, a gente tem que conseguir alterar isso, a gente tem que trazer oportunidades, a gente tem que garantir a entrada. Isso daí não se dá apenas vindo outras pessoas falando por nós. Isso tem que se dar conosco falando por nós mesmos e construindo essas políticas em conjunto conosco, e aí tentarmos encontrar outros mecanismos que vão atrair a juventude. Isto aqui é uma coisa muito importante, é efetiva, a gente consegue construir a partir daqui, mas é chato e, além disso, é distante de outros locais. É difícil a juventude vir aqui falar. Isso não agrega a juventude que está ali sofrendo no dia a dia. A gente tem que construir outras formas de trazê-la aqui para dentro.

Tivemos o Participatório da juventude durante os Governos Lula e Dilma, que foi uma iniciativa bacana, mas temos que conseguir avançar mais. A gente tem o Conselho Nacional de Juventude implantado, mas temos que conseguir avançar mais. A gente tem



que conseguir trazer os direitos da gente para a prática. A gente tem o ID Jovem, por exemplo, que garante acesso à cultura, ao esporte e a várias outras coisas, mas, lá na minha cidade, por exemplo, o cinema dificulta a entrada do jovem, a gente tem muita dificuldade com relação a isso.

Eu acho que é isso. A gente tem que trazer as mudanças, a gente tem que conseguir aliar, fazer não só uma estética, um discurso bonito, mas também um conteúdo que vá ser de fato transformador da realidade, que vá conseguir mudar, que vá conseguir impedir que a gente continue sendo morto, que os nossos colegas sejam mortos, que a gente olhe para alguém aqui dentro e pense se será a próxima pessoa que não vai ver aqui amanhã, porque foi assassinado. Isso a gente não pode aceitar mais. A gente tem que mudar isso.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Daniel. PT - SE) - Muito bem, Johari, grande companheiro e liderança do movimento estudantil e grande lutador.

Tem a palavra João Cerqueira, do Coletivo Quilombo.

O SR. JOÃO CERQUEIRA - Boa tarde.

Meu nome é João Cerqueira, sou da Bahia, milito no Coletivo Quilombo, sou estudante de Direito e formado em História.

O meu avô dizia o seguinte: "*O que começa errado não pode dar certo*". O Brasil é um país que começou errado, começou na mentira, não é? Quando Pedro Álvares Cabral disse que descobriu o Brasil, ele não descobriu o Brasil. Ele encontrou uma terra que já tinha moradores. A Coroa portuguesa veio para cá, falida, viver dos impostos que cobrava do povo. Isso é complicado.

Mas, como o Johari já falou, a gente precisa garantir que o nosso povo negro, pobre e trabalhador tenha sucesso neste País, em especial a nossa juventude. Como é que a gente pode garantir isso? Dando aquilo que Dilma e Lula sempre deram: saúde, educação e a possibilidade de o jovem continuar sonhando com dias melhores.

A gente não pode viver trabalhando olhando apenas para o externo. A gente precisa olhar para o lado de dentro. Hoje, na minha cidade, por exemplo, no interior, em Salinas da Margarida, a gente tem um Prefeito que trabalha para construir prédios bonitos e para calçar ruas. Apenas isso. Isso não muda a vida do jovem. O que muda a vida do jovem é a gente construir uma escola e colocar uma educação de qualidade ali dentro, porque



português e matemática todo mundo ensina. Minha mãe era analfabeta e minha mãe hoje sabe ler porque eu a ensinei dentro de minha casa. A gente precisa construir uma escola que dê possibilidades de o jovem continuar sonhando e de realizar os seus sonhos.

Hoje, meus amigos no interior brincam comigo, dizendo: "*João, que pena, você já perdeu 50 votos para 2020*". Sabem por que eles dizem isso? Porque eu já perdi mais de 50 amigos, mortos pela polícia, ou mortos um pelo outro por conta de drogas. Isso, para mim, é muito triste, porque foram jovens que eu vi nascer, foram jovens que eu carreguei, foram jovens que eu vi sonhando com a faculdade de Direito, com a faculdade de Medicina. Foram jovens que eu vi sonhando ser vereadores na minha cidade e mudar aquela história, mas que, por falta de oportunidade, seguiram outro caminho. Quando o Estado que nasceu para nos tutelar não nos dá possibilidades, as pessoas buscam outros caminhos para se manter na vida. E a gente precisa de uma construção diferente. O Estado precisa, de verdade, nos abraçar. Ele precisa nos acolher. Ele precisa mostrar para a gente para quê ele está aqui.

Eu sou estudante de Direito, e para mim é muito complicado ver tudo o que está acontecendo hoje no Direito. Eu fico me perguntando em casa, sozinho: para aonde vamos desse jeito, quando o Supremo Tribunal Federal deixou que ocorresse o *impeachment* de uma Presidente, sem crime de responsabilidade fiscal, e Lewandowski disse que não podia julgar o mérito do processo da Presidente Dilma porque o Supremo estava ali apenas para julgar o rito do processo? Rito do processo qualquer um julga. Mas não julgou o mérito do processo porque não era importante naquele momento.

Daí a gente tem hoje um ex-Presidente da República que está preso em Curitiba, sem provas de que ele cometeu um crime. Simplesmente porque Lula não pode voltar a ser Presidente do Brasil porque não podem olhar para o povo negro, pobre e trabalhador deste País? Porque a Direita fascista e golpista quer tomar o País de qualquer jeito e dizer que isto aqui é terra de branco? Isto aqui é terra de preto. Sempre foi, sempre será, jamais deixará de ser.

Eles precisam nos respeitar. Eles têm que nos respeitar, certo? Lula hoje é o homem que é, é o candidato que é, porque nós sabemos que Lula foi o único Presidente no mundo que tirou mais de 30 milhões de brasileiros da linha da pobreza; que construiu mais de 20 universidades públicas no país inteiro; que construiu o maior programa de



distribuição de renda do mundo. O nome disso é oportunidade, o nome disso é possibilidade que se cria para o jovem se construir diferente.

Então, para mim é muito triste quando eu vejo isso. Todos os dias eu choro, porque eu sou um estudioso, sou formado em História, eu conheço a história. Mas a gente precisa de uma construção diferente. A gente precisa dar uma nova cara para este País. O Brasil não está caminhando de forma decente, porque nós estamos caminhando em cima de mentiras o tempo todo, em cima de golpes o tempo todo, não só do golpe de 2016. O golpe de 2016 foi só mais um, mas a gente vive em cima de golpe desde quando o Brasil é Brasil. Então, a gente precisa construir um País diferente.

O Estado não pode deixar o sonho dos nossos jovens acabar. Eu aprendi desde cedo que o jovem é o futuro do mundo. O jovem é o futuro do Brasil, e ele sempre lutará por isso aqui. Se vocês observarem, vão ver quantos jovens estão dentro dessa sala: militantes de coletivos, representantes da União Nacional dos Estudantes, representantes das uniões dos Estados, lutando, dando a cara a tapa!

O Prefeito de minha cidade até de morte me ameaçou, mandou carta para a minha casa, porque eu pego minha bandeira, carrego minha bandeira e luto sozinho. Mas eu não tenho medo de morrer. A morte, todo mundo está aqui para morrer. Se ele quiser me matar, que me mate. Mas, enquanto eu tiver vida, enquanto eu tiver sonhos, vou continuar lutando, porque o meu sonho não começa e não acaba em mim. O meu sonho é muito maior. Eu tenho pessoas que dependem de mim, tenho jovens que caminham comigo e que sonham o mesmo sonho, e estamos lutando pela mesma realidade. Então, temos que continuar sonhando.

E, independente do que se faça, se de esquerda ou de direita, nós precisamos construir um projeto de nação para este País, e não um projeto de governo, quando as pessoas vão para a televisão brigar, por um projeto de governo, para eleger aquele partido ou aquele Deputado ou aquele Presidente.

Para mim, é uma vergonha ter como candidato a presidente da república o Deputado Federal Jair Bolsonaro, que não sabe nada, que não tem diretriz sobre nada — sobre educação, sobre saúde —, e que diz que é o Ministro dele quem vai mandar. Pelo amor de Deus! Você vai ser o gestor, você vai ser o Presidente, então você precisa gerir aquilo.



Para mim, é uma vergonha vê-lo só como candidato, porque se mostra uma pessoa, com sete mandatos dentro da Câmara Federal, que não sabe falar nada sobre saúde, nem sobre educação, nem sobre turismo. Ele ainda teve a coragem de dizer que os portugueses não iam nem ao porto pegar o negro, que o negro era quem ia entregar o próprio negro. Isso é um absurdo, rapaz! Isso me deixa triste, como brasileiro.

Ruy Barbosa já dizia que ia existir um tempo que o brasileiro ia ter vergonha de dizer que é brasileiro. Infelizmente, esse tempo está chegando. Não chegou para mim, porque eu amo o meu País, luto por ele e vou lutar sempre. Jamais terei vergonha dele.

Este é o apelo que eu deixo aqui: não podemos desistir do nosso jovem. Nosso jovem morre todos os dias. Mas ele não morre só quando ele toma uma bala, não. Ele morre quando ele acorda sem perspectiva, ele morre quando ele acorda e vê que os sonhos dele estão sendo destruídos a cada dia, quando as portas são fechadas para ele, quando um outro negro olha para ele com cara de desconfiança.

Eu sou estagiário de Direito. Fui pego numa *blitz* com um amigo meu. Quando o policial me abordou, mostrei a ele a minha carteira de estagiário da OAB, e ele me liberou, porque eu estava engravatado e com a carteira que mostrei a ele. Mas o meu amigo ficou lá. Eu mostrei a minha carteira de estagiário da OAB. Ele me liberou porque eu estava engravatado e mostrei a carteira. Mas o meu amigo ficou lá. Ele me disse: "*Pode ir embora.*" Eu respondi: "*Eu só vou embora quando ele sair, porque ele está comigo. Ele não é vagabundo!*" O policial disse: "*Ah, é um vagabundo!*" E eu disse: "*Não. Ele é um trabalhador igual a você. A diferença disso é que ele já saiu do trabalho e você está fazendo o seu.*"

Então, é preciso respeitar a sociedade. Quando a polícia mata um preto, quando a polícia mata um jovem, é o Estado que está se responsabilizando por aquela morte, porque a polícia é o Estado, é a mão do Estado. Por isso, precisamos reeducar a nossa polícia. Ela não tem só o dever, o trabalho só de matar, de prender ou de acabar com a vida do jovem, ela tem que ter principalmente a obrigação de trabalhar com a educação, com a reformulação da situação. A sociedade está para ser educada cada vez mais. E nós não podemos dizer que a polícia está aqui só para isso, pois ela está aqui para todo um trabalho de construção dessa sociedade, que nós precisamos construir a cada dia.

Portanto, eu quero agradecer a palavra e, mais uma vez, dizer que o meu nome é João Cerqueira Lula da Silva e que eu sou uma ideia. É por isso que eu bato no peito e



digo: "*Eu sou Lula e sempre serei Lula*". Eu sei o que esse homem representa para mim e o que esse homem construiu na minha vida. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Daniel. PT - SE) - Muito bom, João Cerqueira. Foram palavras fortes, firmes e muito coerentes.

A nossa querida Rita Cristina de Oliveira vai ter que se ausentar e, por isso, vai fazer agora as suas considerações.

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA - Na verdade, eu só queria agradecer a oportunidade mais uma vez, em nome da Defensoria Pública da União, de estar aqui e propor essas discussões.

Quero dizer que o Grupo de Trabalho Políticas Etnorraciais da DPU está trabalhando ativamente na análise dos indicadores do extermínio da juventude negra. Estamos nos municiando de informações e reflexões para propor políticas que nos levem ao enfrentamento desse cenário tão alarmante no nosso País. Contem com a Defensoria Pública da União!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Daniel. PT - SE) - Nós é que agradecemos.

Solicitamos que a nossa companheira Maria de Fátima Marinho de Souza venha para a mesa. (*Pausa.*)

Ela quer ficar aí? Está bom. Fique à vontade.

O João Cerqueira já falou. Agora passo a palavra ao Adriano Rodrigues.

Adriano, apresente-se e pode usar a palavra.

O SR. ADRIANO RODRIGUES - Boa tarde a todos.

O meu nome é Adriano. É só essa a minha apresentação, porque eu sou um cidadão comum. Então, as políticas que vocês debatem hoje influenciam a minha vida, assim como as que vocês debateram ontem e as que vão debater amanhã.

Eu não sei se é assim mesmo que vocês pensam, porque ouvi muito, nesse debate hoje, que ele iria ser moldado pela mídia. A expressão "mulheres negras" todo dia está na televisão e foi repetida pelos painelistas mais de 30 vezes, mas a palavra "LGBT", cuja população sofre violência também, só se falou uma vez. Outro problema é que não falaram de moradores de rua. Portanto, muitas categorias que sofrem violência não tiveram nenhum tipo de representação. Mesmo vocês, que deveriam defendê-las, não as



defenderam. Mas deveriam tê-lo feito, porque vocês são os representantes dessas pessoas.

Um painalista de que eu gostei foi o Gerffeson, porque ele não tem curso de oratória, não teve acesso ao mesmo sistema educacional que vocês tiveram, não teve a mesma oportunidade que vocês tiveram. Podem ver a camiseta dele: o jovem negro de periferia que morre é o jovem que se parece com o Gerffeson. Ele não fechou com o crime, mas o crime moldou muito o comportamento dele, pela violência que ele já vivenciou, já viu, já sofreu. Tanto é assim que os gestos dele, ao falar, são gestos que foram implementados no Brasil por organizações criminosas, como o Primeiro Comando da Capital.

Sinais de arma, de violência militar, tudo isso não existia no Brasil, isso é um problema de educação. O debate não é sobre segurança pública, o debate é sobre educação. Todos os problemas que nós temos hoje são fruto de uma educação de péssima qualidade, da ausência de políticas públicas nas periferias, como o saneamento básico. Onde ele mora, ainda hoje o saneamento básico não é de qualidade.

Outra coisa que eu gostaria de dizer é que muito se fala de gênero, de violência familiar, de estupro. Isso é uma questão filosófica. Todo mundo aqui é contrário ao SISNAD, ao encarceramento em massa, exceto o de homens que brigam com mulheres, porque todo mundo daqui defende a Lei Maria da Penha. O encarceramento de homens que brigam com suas esposas, namoradas ou "ficantes" é plausível na visão de vocês. Mas, se nós não conseguimos contornar esse problema pela educação, vamos colocar todo mundo na cadeia, vamos colocar os pretos lá, os maridos.

A nossa sociedade de que vocês falam hoje é uma sociedade patriarcal, em que a família tradicional brasileira é a mãe solteira com seus filhos. Cadê a figura paterna? Onde está ela?

Eu peço até desculpas se, talvez, vocês não conseguiram entender muito o que eu falei, mas eu ouvi muito da mídia assim.

O SR. PRESIDENTE (João Daniel. PT - SE) - Muito bem. Pode concluir, companheiro?

O SR. ADRIANO RODRIGUES - Sim. Concluindo, há uma ideia que gosto muito: precisamos ter uma constituinte. Esta Constituição que nós temos não tem capacidade de solucionar os nossos problemas. Então, nós precisamos de outra Constituição e de um



sistema educacional. Quando começar a se debater o sistema educacional, debates como este ocorrerão bem menos.

Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (João Daniel. PT - SE) - Ítalo de Souza está com a palavra.

O SR. ÍTALO DE SOUZA - Boa tarde.

Eu sou do Levante Popular da Juventude e venho do Ceará. Estamos na marcha.

Quando se fala de negros, nós também devemos falar dos povos de terreiro, das mulheres, dos LGBTs. Mas, quanto ao negro, a grande mídia trata o negro como se fosse vagabundo. E eles nos tratam como vagabundos quando nós nos revoltamos, quando estamos ali para lutar pelos nossos direitos, esses direitos que estão sendo tirados de nós a cada dia por este Governo golpista do Michel Temer, por essa mídia suja que é a Rede Globo e tantas outras.

Por que eu milito em um movimento de luta, neste em que eu estou, o Levante Popular da Juventude? Nós militamos por igualdade, que está sendo escassa por conta dos grandes governos que só ligam para o seu próprio umbigo e se esquecem do próximo.

Eu falo com indignação porque, além de ser preto, pobre e LGBT, a cada dia, um ou mais dos meus morrem na periferia. Nós não ficamos de braços cruzados. Mas, mesmo assim, os grandes não nos dão o privilégio de termos uma vida digna como merecemos. Então, se nós não conseguimos por eles, vamos fazer por nós. Queremos, sim, mais de nós dentro da Câmara Municipal, da Câmara Estadual, da Câmara dos Deputados e do Senado também. Quanto às mulheres, como o companheiro falou, nós vemos poucas mulheres nesta Casa — e, inclusive, poucos negros e LGBTs.

Nós temos que ter voz e vez. Não vamos nos calar perante este Governo golpista e vamos, sim, eleger também o nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Daniel. PT - SE) - Muito bem, Ítalo.

Thiago Dhatt está com a palavra.

O SR. THIAGO DHATT - Vou tentar tirar um pouco da ferrugem. Meu nome é Thiago e, há 10 anos, em 2008, presidi o DCE da Universidade Federal de Sergipe — UFS, quando nós estávamos implementando as cotas. Naquela época, foi feito um estudo em Sergipe, com irmãos negros e brancos, filhos dos mesmos pais, portanto,



teoricamente, frutos da mesma educação, do mesmo acesso. O estudo comprovou que os filhos negros tendiam à marginalidade educacional, ao desemprego, e os filhos brancos tinham maior sucesso acadêmico, maior sucesso na vida profissional.

O que isso quer dizer? Quer dizer que, geneticamente, nós somos diferentes? Não. Não se trata de uma questão biológica, é, antes de tudo, uma questão cultural. Desde o fim da escravidão, os negros foram colocados em quilombos. A política de embranquecimento do Estado brasileiro importou brancos, cedeu-lhes terra e maquinários para produção, enquanto os negros foram colocados na marginalidade. É óbvio que a probabilidade dessa descendência branca ter maior sucesso está nítida, enquanto os negros estão hoje nas favelas.

Então, quando nós citamos o estudo da UFS que diz que o filho negro tendeu à marginalidade, nele estão inseridos diversos fatores, como autoestima, o próprio preconceito de que o negro é vítima na sociedade. Isso é uma coisa que, gradativamente, vai levando à outra. Então, discutir a desigualdade é discutir uma questão cultural.

A nossa educação hoje — eu militei com essa pauta e preciso reafirmar isto — é estritamente mercadológica, forma o cidadão para o mercado de trabalho. Ela não é crítica, ela não forma o cidadão para a consciência coletiva, para a consciência social. Então, se nós continuarmos com essa matriz curricular, agravada, por exemplo, com o debate do Escola sem Partido — hoje já é ruim a matriz curricular, o que tende a se agravar —, nós vamos reverberar uma sociedade cada vez mais preconceituosa e vamos formar cidadãos como o Adriano, que disse que nós não estávamos entendendo. Na verdade, ele não é culpado. Ele não entendeu porque é mais uma vítima desse sistema, um sistema fruto do mercado, que quer formar pessoas ignorantes para multiplicar o preconceito, o ódio. Como o companheiro falou, a elite vive disso, ela ganha com isso.

Então, discutir violência contra a juventude negra é, antes de tudo, discutir a questão cultural, está vinculado diretamente à questão da inserção como forma de combater a desigualdade social. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Daniel. PT - SE) - Muito bem, Thiago.

Neste plenário, temos ouvido muitas coisas que combatemos também. O problema é quando a pessoa fala e sai, some.



Nós vamos fazer agora as considerações finais da Mesa, para encerrarmos esta audiência e fazermos o fechamento. Antes, porém, pergunto se alguém no plenário gostaria de fazer alguma intervenção. *(Pausa.)*

Márcio, a palavra está com você antes das considerações finais. Depois falará o meu camarada do Levante.

O SR. MÁRCIO - Muito obrigado, Deputado João Daniel.

Boa tarde a todos e a todas. Gostaria de saudar a Mesa na pessoa do Deputado João Daniel, que tem feito um bellissimo trabalho na Câmara dos Deputados em defesa da classe trabalhadora e dos direitos das minorias e da maioria, que é o povo brasileiro, o povo que mais precisa, aquele povo que realmente está sofrendo diariamente com os aumentos da gasolina e do gás de cozinha e principalmente com o aumento dos retrocessos que vêm caracterizando este Governo ilegítimo de Michel Temer.

Falar do genocídio da juventude negra é falar de um processo histórico, como foi bem colocado. Eu me sinto muito bem representado aqui por todas as falas que foram feitas pela Mesa, principalmente pela fala do companheiro do meu Estado, o Gerffeson, que retrata um pouco mais a realidade do jovem de periferia, do jovem que vivencia os problemas sociais diariamente, não só na comunidade dele, mas no Município e no Estado.

Eu vivenciei, no início deste ano, uma realidade muito difícil na minha vida, que eu nunca tinha vivenciado de perto, quando vi por que o genocídio da juventude negra tem sido, de fato, um tema muito preocupante para nossa sociedade durante o último período. Vivenciei a morte de cinco jovens em Maricá, jovens assassinados pela milícia do Rio de Janeiro, uma milícia que mata não só esses jovens, mas também milhões e milhões de outros jovens há muitos e muitos anos no Rio de Janeiro.

A presença do Exército não vem melhorando em nada a aplicação dessas políticas sociais, porque a melhora perpassa por uma política de moradia; perpassa por uma política de assistência às famílias; perpassa por uma política de acompanhamento, como foi bem colocado aqui; perpassa pela própria educação, porque, sem educação de qualidade, não se combatem as desigualdades sociais, não são dadas oportunidades aos jovens de se qualificarem não só para o mercado de trabalho, mas para a vida — não lhes são oferecidas oportunidades de acesso às universidades para alcançarem, de fato, seus sonhos e seus objetivos.



Vivenciei a realidade de ver mães e pais de família chorando ao verem seus filhos em um caixão em um enterro coletivo. Aquela cena me fez refletir muito sobre todo o genocídio da juventude negra, porque eram jovens que, 1 dia antes, estavam organizando um grande festival, que era a bienal da entidade municipal dos estudantes de Maricá. Os jovens estavam saindo do evento e, quando se reuniram em uma praça, foram violentados e covardemente assassinados por um grupo de ex-militares, que inclusive já estão respondendo a processos.

Isso não é de hoje. Isso já vem de muitos e muitos anos. Em Aracaju, no meu Estado, nós vivenciamos uma realidade bem parecida, não só no Bairro Santa Maria, mas também na Zona Norte da nossa Capital. Lá vivenciamos o problema da segurança pública e do genocídio da juventude negra em nossas escolas.

Vou finalizar a minha fala e a minha contribuição. Eu acho que a solução desse problema perpassa muito por investimento em educação. O Plano Nacional de Educação de 2014 não tem 30% das metas cumpridas. Eu acho que precisamos de um projeto de Estado, que foi apresentado a uma nação e hoje não vem sendo cumprido por este Governo, que está posto — ou imposto — por um golpe de Estado que causou a saída de Dilma Rousseff.

Investir na educação é investir não só no presente e no futuro da nossa geração. Se não investirmos em nossas escolas, se não investirmos na qualificação dos nossos jovens, nós iremos aumentar o número de presos. Frequentemente quem está lá na penitenciária, com foi muito bem colocado, são os nossos jovens, os jovens da periferia, que muitas vezes não têm acesso a uma escola pública de qualidade, não têm qualificação porque o Estado não lhes dá oportunidade. Isso é um problema social muito grave, que perpassa também pelas intolerâncias — intolerância religiosa, machismo, racismo, homofobia —, que são ódios que estão em nossa sociedade. Acho que esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias precisa combater veementemente e repudiar todos esses atos que ainda existem em nossa sociedade em pleno século XXI.

Falar em combater o genocídio da juventude negra é falar em investir em uma educação pública de qualidade, que dê condições e oportunidades aos nossos jovens, para que eles possam de fato vencer na vida, para que nós possamos ter um futuro melhor, com menos desigualdade social, e um país para todos e todas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (João Daniel. PT - SE) - Muito obrigado, companheiro.

Tem a palavra o companheiro representante do Levante Popular da Juventude, que pode se apresentar.

O SR. JOÃO PAULO - Boa tarde.

Eu me chamo João Paulo. Sou estudante do Curso de Serviço Social no Instituto Federal no *campus* Iguatu, Ceará. Sou militante do Levante Popular da Juventude há 6 anos.

Eu gostaria de fazer um debate sobre o extermínio da nossa juventude. Eu tenho muitos amigos com ensino médio. Eu não sou preto, mas tenho muita identificação com o meu povo, que majoritariamente é preto.

Eu gostaria de destacar que esta sociedade, ao mesmo tempo em que consegue produzir tanta riqueza, também produz muita pobreza. Vemos este País com uma grande produção de alimentos, enquanto uma grande parcela do povo brasileiro não consegue ter nem três refeições de qualidade por dia. E a parcela da população que está nessa pobreza é a classe trabalhadora, que é majoritariamente preta neste País.

Como vamos conseguir mudar essa situação? Eu acredito que só a política pública ou só o Estado não serão capazes de garantir o fim do extermínio da juventude negra. Nós precisamos transformar radicalmente essa sociedade, transformar essa base que produz toda essa pobreza e toda essa violência. A morte de um preto pobre e favelado, na guerra contra o crime, na guerra entre as facções ou na guerra da polícia, e a própria pobreza são fruto das contradições desta sociedade.

Estamos discutindo políticas de educação e de segurança pública, mas é preciso se lembrar da saúde. Quando não há saúde, não chega a educação, não chega o lazer, não chega a alimentação de qualidade, como o companheiro colocou. Às vezes, vamos fazer uma reunião e temos que levar bolacha *cream cracker* para a galera poder participar da reunião, poder discutir suas pautas e poder falar por eles mesmos, porque nós falamos por nós.

Sabemos que o Estado brasileiro é burguês e foi feito pela burguesia e para a burguesia. Por mais que, nos últimos governos petistas, tenhamos conseguido reverter em parte essas contradições dentro da sociedade, nós ainda não tomamos o poder. O povo preto ainda não está no poder nesta sociedade brasileira. Percebe-se isso vendo



quem foram os Presidentes da Comissão de Direitos Humanos e Minorias — não há um preto ali. Podem olhar! Filmem ali! Não há uma pessoa preta ali.

Nós queremos não só espaço de representatividade, mas também espaço de poder. Nós queremos não só estar aqui representando, mas também transformar essa realidade. A burguesia brasileira, associada a essa burguesia internacional, não nos quer permitir essa transformação.

Por isso, estamos num processo de recessão econômica, por meio de um golpe que depôs uma Presidenta eleita democraticamente. Vejam o que ocorre com o nosso candidato, que tem condições de colocar de novo a pauta da juventude negra, da juventude pobre, dos trabalhadores rurais sem terra! É tarefa da juventude brasileira mudar isso. Nós não somos o futuro, mas, sim, o presente. Há um preto pobre e favelado morrendo agora mesmo. Todos os dias morre um preto pobre que nós conhecemos, que o nosso amigo conhece.

Nós somos o presente, não somos o futuro. Nós queremos o futuro agora. Queremos a construção de políticas públicas que defendam a nossa juventude brasileira. O companheiro disse aqui que a Lei Maria da Penha serve para encarcerar pai de família. Isso é uma grande mentira. Nós tentamos implementar uma política para discutir gênero e orientação sexual nas escolas, que majoritariamente foi barrada por esse conservadorismo brasileiro. Nós não queremos encarcerar o povo brasileiro. Queremos construir uma nova cultura de sociedade neste País, que não seja aliada ao interesse dessa nossa burguesia nojenta, que vende tudo a preço de banana.

Queremos destacar a eleição do nosso Presidente Lula como uma das ferramentas de transformação desta sociedade. Espero que consigamos, de fato, trazer transformações estruturais, como a reforma universitária, como a reforma agrária, como a reforma do setor dos meios de comunicação. Sabemos que essa mídia que aí está mente para a população brasileira; culpabiliza-nos, como se a culpa fosse nossa; coloca essa crise do capital na nossa conta — e essa conta não é nossa.

Eu gostaria de agradecer este espaço e dizer que muitas pessoas deveriam estar aqui no meu lugar. Eu sou branco. Quem deveria estar aqui é um preto lá da minha quebrada. Eu moro em um conjunto habitacional e tenho muito orgulho disso. Então, eu gostaria de dar um salve para a minha cidade, Iguatu, e para toda a juventude brasileira, em especial para o Levante Popular da Juventude.



Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Daniel. PT - SE) - Muito bem. Está dado o recado — e muito bem dado.

Agora nós vamos às considerações finais. Vamos dar um tempo para cada um e cada uma que está na Mesa.

Tem a palavra o companheiro Helder Rogério Sant'ana Ferreira, representante do IPEA.

O SR. HELDER ROGÉRIO SANT'ANA FERREIRA - Boa tarde.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que fiquei muito feliz com as falas que me seguiram, tanto da Mesa quanto da plateia. A minha ideia foi fazer uma fala bem curta para favorecer o debate.

Além disso, eu queria abordar alguns pontos que foram falados por outras pessoas presentes nesta audiência. A primeira coisa que eu gostaria de dizer é que, se eu soubesse que destacar os dados de São Paulo daria tanta discussão, acho que eu não teria trazido esses dados. Mas, como eu os trouxe, eu gostaria de dizer que trabalhamos com dados coletados pelo Ministério da Saúde. Pode-se questionar por que houve redução nos dados de São Paulo. Por exemplo, os desaparecimentos estão subnotificados, porque isso não é registrado pelo Ministério da Saúde. Essa queda tem a ver com o trabalho do Governo? A tendência de quem está no Governo é defender isso. Essa é uma das hipóteses. Mas poderíamos mencionar também o trabalho das Prefeituras de São Paulo nesse sentido.

Há outras hipóteses: um acordo com o PCC, uma ordem do PCC para pacificação, para, de certa maneira, estabelecer uma redução do número de homicídios, envolvendo o grupo em que ele tem influência. Outra hipótese que está sendo discutida é a redução da população jovem. Aí haveria um efeito estatístico, porque, quando há menos jovens na população, há menos possibilidade de conflito entre os jovens. Isso possivelmente também estaria afetando essa queda lá em São Paulo.

Outra coisa são as ações da sociedade civil. Eu morei 10 anos em São Paulo, Capital. Sou de São Paulo. Venho da época em que o Jardim Ângela, um distrito de São Paulo, aparecia como o local mais violento do mundo. Houve várias ações da sociedade civil lá no Jardim Ângela que tiveram um efeito na redução dessa violência.



A questão da guerra às drogas já foi tratada por outros colegas aqui. Eu queria salientar outros pontos. Notamos que o consumo permanece em níveis mais ou menos estáveis, segundo algumas pesquisas mostram, ou seja, a política de criminalização não conseguiu reduzir o consumo, diferentemente do que ocorreu com a política em relação ao tabaco. Há uma alta mortalidade relacionada à própria criminalização. Então, de novo, isso nos faz questionar a política.

Há também a questão dos presídios — também apontada aqui —, que, assim como essa política de drogas, merece ser repensada.

Foi citada também a questão da intervenção militar no Rio de Janeiro, que parece que repete as ações de entrada e saída de forças na periferia sem trazer resultados visíveis, inclusive muitas vezes acarretando mais mortes, mais repressão, mais medo nas próprias comunidades. O Governo tem falado na construção de presídios. De fato, a situação dos presídios é grave, mas construir presídios sem discutir quais outras medidas podem ser trabalhadas para a redução da superpopulação é algo preocupante.

Em relação ao Instituto de Segurança Pública, eu acho que é algo importante, inclusive para ajudar a trabalhar os dados produzidos pela própria Secretaria de Segurança Pública. Em relação aos projetos, eu falei da importância de haver uma avaliação dos projetos que são feitos na área de prevenção à violência. Eu acho que isso é importante. Uma avaliação sempre deve buscar neutralidade. Tem que haver transparência, inclusive nos requisitos e nos pressupostos que ela trabalha. Muitas vezes, esses pressupostos não são neutros. Isso é importante, porque hoje muito se discute se essas políticas são positivas ou negativas, como ocorre com relação ao PROERD. Há uma discussão sobre o PROERD, que é o trabalho de prevenção ao uso de drogas nas escolas que a Polícia Militar faz. As comunidades terapêuticas são outra política muito discutida. Há quem as defenda e há quem as critique. Então, a avaliação tem um papel importante.

Eu acho que experiências de outros países não necessariamente vão funcionar aqui. Esse foi um ponto trazido pelo Gerfferson. O Gabriel, por exemplo, citou políticas que foram avaliadas em relação à primeira infância que indicam possibilidades que, no Brasil, podem ter bons efeitos. É importante que as iniciativas sejam avaliadas, sejam estudadas, para que gerem conhecimento e possam trazer melhores resultados.



Determinadas ações, determinados projetos de esporte e cultura que ocorrem na periferia já são meritórios só pelo fato de serem de esporte, de cultura, independentemente de contribuírem mais ou menos para a prevenção da violência.

Houve uma fala muito grande com relação à cobrança ao Estado, com a qual eu concordo, mas é importante lembrarmos, no que diz respeito ao conceito de Estado, que o Estado somos todos nós. Acho que esse é o espírito da assembleia, mas eu queria reforçar isso.

Em relação ao controle comunitário, que foi abordado pela Rita, nós, lá no IPEA, fizemos uma pesquisa sobre conselhos comunitários de segurança pública. Uma das coisas que notamos foi a falta de diversidade dentro dos conselhos. Tivemos a sensação de que, muitas vezes, os conselhos acabam parecendo meio refratários à participação de moradores de rua, de jovens da comunidade. Há, muitas vezes, um grupo específico de comerciantes, de funcionários públicos aposentados. O grupo precisaria ser mais diverso, para garantir uma maior representação e exercer, de fato, melhor controle social sobre as polícias.

Houve uma fala que chamou muito a minha atenção — eu queria destacá-la — sobre como, muitas vezes, a juventude negra vê o carro da polícia: com medo. Geralmente, essa é uma experiência diferente da que ocorre com os brancos. Isso é um problema que precisamos enfrentar.

A última coisa para a qual eu queria chamar a atenção é: de fato, os dados que mostramos têm seus limites. Então, por exemplo, até hoje não conseguimos, seja nos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade — SIM, seja nos dados da polícia, ver a questão da criminalidade contra os LGBTs. Essa é uma demanda que tem que ser feita, para que os sistemas de coleta de dados possam coletar essas informações. O SINAN já trabalha com isso. Os agravos de notificação já têm quesitos que podem trabalhar isso. Mas o Sistema de Informação sobre Mortalidade não tem essa informação. Então, isso dá uma invisibilidade ao problema, porque você tem que rolar os dados, trabalhar em cima dos dados, e não há como trazer dados se o sistema não os coleta.

Por fim, eu quero parabenizar a Comissão de Direitos Humanos e Minorias e agradecer ao Deputado o convite para participar desta reunião.

Parabenizo todos os que aqui falaram, exceto uma pessoa da plateia, que não tenho como parabenizar.



Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Daniel. PT - SE) - Muito obrigado, Helder.

Concedo a palavra à Maria de Fátima Marinho de Souza.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA MARINHO DE SOUZA - Eu, na condição de representante do Estado — sou do Ministério da Saúde, onde ocupo um cargo de confiança —, quero ressaltar o trabalho que temos para construir esse sistema e resgatar a informação. Não somos só nós que fazemos isso, mas também muita gente, em todos os Municípios, em todos os Estados. Isso inclui investigação de alguns casos e reconstrução de histórias, especialmente sobre feminicídio e violência contra a mulher, numa tentativa de dar voz à invisibilidade da violência contra a mulher, que é um fato, assim como é um fato a violência contra a criança.

O homicídio, ou seja, a morte é o evento final, é a ponta do *iceberg*, que é mais visível, mas há muito mais coisas por trás, por baixo, escondidas, às quais se busca dar visibilidade para informar a política pública.

A área da saúde sofre com o problema da violência, porque recebe as vítimas. Nós sabemos muito bem o que é isso. Nós conhecemos muitas histórias e muitas injustiças. Esse dado está conosco. Temos nos mobilizado para sair de uma posição que eu poderia chamar de passiva, que é informar e atender a vítima, para uma tentativa mais proativa, que é oferecer alternativas de intervenções. Muitas vezes, a nossa intervenção é que ajuda a reduzir o problema da violência.

A área vai estar sempre solidária com o movimento social, porque sente a violência, sofre com isso e percebe o excesso de violência. E mais: nós é que estamos anunciando o aumento. Há muito tempo, apontamos a interiorização da violência no País, nas cidades menores. Publicamos isso desde 2004. Temos análises, desde os anos 80, apontando esse aumento e esse extermínio. É a área da saúde que está trazendo esses dados e tem apontado sistematicamente esse aumento, tem apontado o crescimento da violência nas cidades pequenas, junto com a interiorização das organizações criminosas. Esses fatos andam juntos.

A naturalização da violência, apontada aqui, é que dá base para se aceitar esse número inaceitável, é o que dá base para o recrutamento das pessoas que perpetram a violência, porque há uma camada suscetível a isso, por essa naturalização.



Considerando os 62 mil homicídios em 2016 — captamos esse dado e estimamos que o número seja 2% maior —, quantos assassinos vivem à solta? Consideramos que só 2% dos processos de homicídio chegam a uma conclusão; não necessariamente a uma prisão, mas chegam a uma conclusão. Se cada pessoa mata 5 em média — um cidadão mata 1, outro mata uns 10; na média, cada um mata 5 —, são 12.460 assassinos soltos, só em 1 ano. Considerando que esse dado pode ser cumulativo, quantos assassinos estão soltos? Eles não estão presos. E 40% dos presos estão em prisão preventiva por porte de pequenas quantidades de *canabis*. Dos outros 60%, só 20% são homicidas e estão presos. O restante não está preso por esse motivo.

Quem é preso por assassinato? A mulher, quando mata o marido que a agredia. Todas essas, 100%, estão presas. Elas não escapam à Justiça, que nunca lhes faz justiça pela agressão que sofreram a vida toda. Inclusive, quando são vítimas de crimes de estupro, elas fogem ou se matam ou matam o agressor, que geralmente é um parente ou o marido. Essa é a verdade — essa verdade nós conhecemos.

Foi bom ouvir os testemunhos de todos. Devo dizer que nós somos solidários, mas temos realmente que partir para a ação e dizer: basta! Não há condição de tudo continuar como está. Nós estamos vendo os dados, infelizmente, mas também as histórias que nos chegam. Muita gente investiga esses casos. Nós somos muitos no Brasil todo. Todos nós da área da saúde não andamos armados, e somos ameaçados pelos agressores, não pensem que não somos. Nós temos um time em que a maioria é mulher, que é quem tem coragem de enfrentar — e sofre ameaça. Mas nós não nos calamos, estamos trazendo a realidade. Vamos fazer mais, nós vamos implementar projetos menores, comunitários, porque é o único jeito de começar a reduzir essa violência, que está dentro da estrutura social. Ela faz parte da sociedade. A única forma de mudar é uma profunda transformação, mas começamos mudando aos poucos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Daniel. PT - SE) - Muito obrigado, Maria de Fátima Marinho de Souza.

Agora tem a palavra Roseli de Oliveira, Coordenadora-Geral de Políticas Temáticas de Ações Afirmativas do Departamento de Igualdade Racial do Ministério dos Direitos Humanos.



A SRA. ROSELI DE OLIVEIRA - Eu quero agradecer, em nome da SEPPIR — Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a oportunidade de participarmos desta Comissão e estarmos nesta Mesa. Quero agradecer ao Deputado João Daniel pela sensibilidade no trato da temática, e gostaria de fazer algumas observações. Talvez o sino vá tocar um pouquinho mais durante esta minha fala.

O colega foi embora, mas quero dizer que aqui nós não estamos fazendo um concurso acerca de quem é mais discriminado. Eu acho que esse é o primeiro dado. Apesar de a Comissão ter no nome o termo "minorias", tratou-se aqui de uma parcela significativa da sociedade que está buscando a sua identificação, a sua identidade — percebemos que no ano 2020 talvez ela alcance a marca de 70% da população.

O nosso problema pode ser de autoestima, mas neste momento não é de autoestima. Há um grupo, há um pensamento, uma linha querendo reduzir as nossas questões a problema de autoestima. Então, dizem, "*vocês são bonitos, como vocês são belas*", e acho que esse é o caminho da redução de toda uma complexidade que este Brasil tem que enfrentar.

Outra questão. A SEPPIR, nos seus 15 anos, é contra-hegemônica; há um grupo que trata a população não negra como pessoas de direito e a população negra como pessoas que estão em estado de natureza ainda. É disso que nós estamos falando.

Nós estamos falando do modelo, do processo social que queremos enfrentar, uma vez que ainda se usa o termo "igualdade". E a igualdade para nós não resolve. O nosso problema é equânime, tratar diferentemente aqueles que têm histórias diferentes. Então, é preciso rever esses aspectos.

Quem são os nossos inimigos de fato? Que modelo civilizatório nós estamos buscando?

Volto à pergunta sobre os inimigos. Ora, nós estamos lá com um plano de monitoramento das cotas e nós temos vários não negros ocupando a vaga de cotistas. E a justificativa: "*Eu sou casado com uma negra*", "*Eu tenho um amigo negro*", ou chegam lá com a estética completamente transformada, bronzeados, com os cabelos trançados, jogando o corpo para lá e para cá — eu não sei o que quer dizer aquilo —, usando gírias. Se eu quero ficar legal aqui com vocês, eu vou dizer que "*na minha quebrada tem uma questão legal que a gente precisa tratar*", e vocês vão achar que eu sou sua irmã, só que eu aprendi alguns códigos, até para burlar o código que aí está.



Eu sou dessa geração. Eu sou mãe de algum menino que pode estar sendo assassinado exatamente agora. Venho do final da década de 70. Eu tinjo o cabelo semanalmente, e a minha consciência permanece em pé. É importante que a gente veja isso. É necessário que aqueles que ocuparam o lugar do privilégio, infelizmente numa escola de periferia de má qualidade, e que na hora do emprego foram escolhidos, porque os negros não são escolhidos, revejam o seu lugar na história. Enquanto a questão da branquitude não for tratada, nós não vamos avançar, e enquanto a questão do racismo não for tratada como eixo estruturante da nossa sociedade, nós não vamos avançar.

E comunico aos não negros que, à medida que vamos ocupando espaços teoricamente de poder, o racismo se opera com mais grandeza. Estou numa secretaria que é de preto, de política de igualdade racial, um lugar onde se espera que haja preto. Mas, quando eu fui, por 26 anos, da área da saúde, muitas vezes chegavam lá para mim e perguntavam quem eu era? *“Não, mas eu quero falar com a doutora, eu quero falar com a diretora”*. *“Pode sentar-se”*. *“Não, quero falar com a diretora!”*. O lugar da invisibilidade, do não reconhecimento, vem do não negro.

O negro também participa desse processo? Sim. O racismo, alguém disse: *“Aqui tem que ter mais pretos”*, não: aqui nós temos que ter mais brancos, porque os pretos já sabem da história. Quem está precisando ouvir e se rever é aquele que historicamente esteve no lugar do privilégio, é aquele que ocupou o lugar de destaque, é aquele que recebe a oportunidade. É esse que precisa ser revisto. É ele que tem que pedir políticas equânimes.

E as desigualdades sociais não garantem a igualdade étnico-racial. Então, é necessário que nós façamos grandes leituras, que nós tenhamos coragem de enfrentar essa discussão.

Há um grande trabalho que foi feito no Ceará sobre trajetórias interrompidas. Nós sabemos que, 6 meses antes de o menino ser assassinado, ele está fora da escola. Então essa rede de proteção tem que ocorrer. As casas religiosas, o povo de terreiro, têm que recuperar o seu território. No nosso seminário, semana passada, as mães de santo colocaram: nós temos que ter terreiros polo, porque os terreiros estão sendo ameaçados, expulsos dos seus lugares históricos.

Há muito o que ser feito e o que ser retomado: construir aquilo de que falamos muito, mas que tem muita dificuldade de praticar, que é o respeito à diferença.



Nós vamos ter que garantir saúde, educação? Sim. Mas não se não falarmos do racismo institucional, do médico não atende mulher preta, que não põe a mão em mulher preta! E falo como profissional da área da saúde, com especialização nessa área, acompanhando o atendimento, em que a mulher negra tira o sapato para entrar no lugar sagrado do consultório médico, em que ele não preenche a informação!

É necessário rever isso. É um lugar onde o meio ambiente fala de pássaro, mas não fala de jovens mortos. A sustentabilidade é a do pássaro, e não a sustentabilidade do homem. Isso é um valor africano emprestado para o mundo moderno, e está nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. É hora de recuperar essa essência que a população negra, que o povo negro emprestou para esta terra.

Outro ponto é a liberdade que ainda está por vir. Alguém fez uma fala sobre quilombo, como se o quilombo fosse um lugar onde alguém nos tivesse colocado lá. Não. Desculpe-me, mas esse foi o primeiro território que nós conquistamos, que a Lei de Terras tirou e ofertou para os europeus, na hora da chegada ao Brasil. Então, vamos prestar atenção inclusive na hora em que queremos contar e defender as nossas causas e inverter mais uma vez a história.

Essa jovem falava na Lei nº 10.639, e os nossos professores de uma denominação religiosa contam que toda a vez que têm que falar da mitologia africana estão falando do demônio. Ora, ainda é preciso dizer que o cristianismo chegou depois, que as religiões de povos de matriz africana são anteriores ao cristianismo. Então, quem os inventou, quem inventou o diabo que o carregue, porque não fomos nós. (*Palmas.*)

É preciso que, na hora da nossa defesa, tenhamos esta coragem de enfrentar esses discursos. A SEPPIR é contra-hegemônica. A SEPPIR é contra-hegemônica, em qualquer tempo. Foi o último, na época, Ministério criado, depois que o movimento negro pôs o pé na porta. Por isso, é preciso pensar também que, às vezes, nós, estando do outro lado do rio, também temos dificuldade em encontrar as pontes que nos liguem. Os valores africanos talvez possam ser revistos e trazidos não como um modelo ideal, mas como uma possibilidade de saída para o mundo ocidental branco falido.

Bem, resta a mim, como gestora de políticas temáticas, me colocar aberta para esse diálogo. A questão LGBT é importante, as singularidades — eu usei esse termo — são geracionais, de gênero, étnico-raciais. As mulheres indígenas estão juntas conosco. Assinamos carta para dizer que somos povos irmãos.



Para finalizar, eu vou usar, de um professor — que foi meu professor lá no Instituto de Estudos Especiais da PUC de São Paulo —, o verbo “esperançar”. É preciso cultivar esse verbo, sim. E é preciso dizer o como, viu, porque a denúncia e os dados nós já temos, não é de hoje. É o como que nós estamos tendo dificuldade de processar, e aí criar e conjugar o verbo superar. A SEPPIR está à disposição dos senhores. Ela está aberta, o tempo todo tempo, ao diálogo para que nós possamos encontrar o como.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Daniel. PT - SE) - Muito obrigada, Roseli de Oliveira.

A SRA. ROSELI DE OLIVEIRA - Posso fazer um convite?

O SR. PRESIDENTE (João Daniel. PT - SE) - Pode.

A SRA. ROSELI DE OLIVEIRA - Eu trago aqui um convite da Escola Superior do Ministério Público da União e do Ministério Público do Trabalho. Entre os dias 28 e dia 30 de agosto haverá o Simpósio Nacional Negro, Afro-religioso e Quilombola, com o tema *Racismo e Intolerância Religiosa no Brasil e seus Reflexos no Mundo do Trabalho*. Estão todos convidados a participar.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Daniel. PT - SE) - Nós é que agradecemos.

Se pudermos, iremos participar, com todo o prazer.

Obrigado.

Passo a palavra para a querida companheira Maria Taíres dos Santos, Dirigente do Coletivo Quilombo e também da UNE, para suas considerações finais.

A SRA. MARIA TAÍRES DOS SANTOS - Bem, eu anotei algumas questões do que foi apresentado nas demais falas e também do que o Plenário apresentou, mas vou me ater a dois pontos principais, porque o tempo está curto e pelo adiantado da hora. Foram colocadas aqui duas questões principais que eu queria ressaltar.

A primeira foi a questão da educação. Em várias falas nós pudemos reafirmar a importância da educação nesse processo, o quanto pode ser transformadora uma educação que pense na vida desse jovem, uma educação que seja inclusiva, fazendo com que esse jovem tenha acesso a ela e de fato seja transformadora na nossa sociedade.

Há duas questões centrais no debate educacional que nós precisamos trazer agora para este período. A primeira, a bandeira central para a pauta educacional de que nós



precisamos, é a revogação da Emenda Constitucional nº 95, que congela os gastos na saúde e na educação por 20 anos. Nós sabemos que essa emenda constitucional, aprovada nesse último período pelo governo golpista, ocasiona um retrocesso muito grande nas pautas educacionais no Brasil.

A segunda questão que nós precisamos também defender estritamente é o nosso grandioso patrimônio brasileiro: a PETROBRAS. A PETROBRAS está sendo entregue às empresas estrangeiras. Ela tem um papel fundamental no processo de desenvolvimento econômico aqui no Brasil.

É preciso tratar da importância de nós pensamos nesse desenvolvimento, para ele ser aplicado no nosso povo, na nossa juventude. Com esse desenvolvimento, sabemos da quantidade de recursos que o pré-sal vai ofertar para o Brasil, e que nós estamos entregando de bandeja para o capital estrangeiro. Nós sabemos o quanto é transformador aplicar esses recursos na educação brasileira.

No início da minha fala, esqueci de ressaltar que sou também diretora da União Nacional dos Estudantes. Nós tínhamos um projeto. Levantamos uma bandeira histórica na UNE, que foi a defesa da PETROBRAS. Durante esse processo em defesa dessa empresa, inclusive quando da descoberta do pré-sal e na luta pela aprovação do Plano Nacional de Educação, chegamos a pautar que nós queríamos uma destinação muito maior dos recursos, 10% do PIB. Pensamos em destinar 75% dos *royalties* do pré-sal para saúde e educação. É preciso pensar que o maior patrimônio hoje do Brasil está sendo ameaçado e não podemos desassociar essa luta em defesa dessa empresa estatal como um meio também de conseguir mudar e melhorar a qualidade da educação aqui no Brasil.

Outra questão falada muito aqui foi a nossa participação nos espaços de poder, sobretudo nesses espaços da política. Eu recebi um desafio, neste último período, agora, lá no meu Estado, Sergipe, onde sou pré-candidata a Deputada Estadual. (*Palmas.*)

Nós estamos colocando o nosso nome à disposição para poder, de fato, dar uma nova cara para a política, porque falamos sobre renovação, temos um discurso sobre mulher na política, pobre na política, preto na política, mas é só um discurso. Quando nos deparamos com esses espaços, vemos que as pessoas usam esse discurso, porque é um discurso bonito e porque muitas vezes soa bem, soa melhor. Mas assustam quando se deparam com esses sujeitos e sujeitas dentro desses espaços, e acabando fazendo de



tudo. E aí temos de matar um leão por dia para poder sobreviver, para estar dentro do espaço da política para poder dialogar, para poder enfrentar esse espaço, que é machista, que é racista, que é homofóbico, todos os dias da nossa vida.

Queria finalizar a minha fala com a questão principal. O Johari e o João citaram um militante nosso, e não tem como fazer um debate como esse — e todas as vezes em que eu venho a uma mesa para debater a questão da juventude negra eu sempre trago isso — sem a lembrança deste companheiro nosso, Felipe Doss.

Felipe Doss foi um militante do Coletivo Quilombo, baiano, estudante de geografia, morto aos 26 anos de idade. Ia ser o primeiro da sua família a ter um diploma universitário. Foi morto 4 meses antes de se formar. E a dor que a mãe dele sente é a dor de 71,5 jovens negros que morrem diariamente.

Então, eu quero dedicar todo este debate que fizemos agora para homenagear Felipe Doss, para que possamos ver que estamos aqui para não dizer que ele foi somente um número, ou que esses 71,5 sejam somente um número. Estamos aqui para debater e mudar, de fato, a estrutura da sociedade como está hoje. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Daniel. PT - SE) - Muito obrigado, Taíres, companheira, guerreira de luta, dirigente nacional da UNE, que ajudou a fundar o Coletivo Nacional do Quilombo e está numa nova tarefa destacada.

Ao companheiro Gerfferson Santos Santana, guerreiro, sergipano, que fez uma bela exposição há pouco tempo aqui, concedo a palavra para suas considerações finais.

Com a palavra mano Sinho.

O SR. GERFFERSON SANTOS SANTANA - Muito bem.

Agora eu estou muito mais confortável. Peço desculpas pelo meu estado emocional. Realmente, não me contive, pois a gente refaz algumas memórias.

Vou ser bem breve. Os que me antecederam já estavam me confortando e, após a minha fala, os que colocaram seus pensamentos aqui aumentaram mais a minha convicção. Às vezes, a gente é carregado de muitas dúvidas, porque o tempo passa.

Eu estou na militância e o que ficou bem claro aqui, como foi colocado, em relação à cultura, acho que ela é transformadora. E, aos 13 anos, conheci o Hip Hop, que me transformou. Então, fiz hoje uma viagem no tempo e reconheci a minha história através do Movimento Hip Hop. Então, o Hip Hop salva vidas, muitas vidas.



Um dos diretores da nossa instituição foi preso porque estava em uma festa, a Festa do Mole, onde um cara roubou muito com ele, e ele veio embora. O cara foi preso e falou da casa em que ele estava. Quando a polícia chegou lá, não encontrou nada com ele, mas encontrou uma pochete que tinha cheiro de cannabis. Então, o fato que ocorreu com esse nosso companheiro foi tão agravante que ele passou 10 meses na Delegacia de Turismo, só porque o fato aconteceu na orla de Atalaia. O caso dele chegou até Brasília e tudo o mais. E, mesmo assim, depois de 10 meses — e isso fere várias questões —, ele ainda passou mais 2 anos preso.

Em razão de uma carta que mandei a ele e um abraço que dei nele quando ele saiu da cadeia, ele foi também participar de uma atividade nossa no gabinete de uma ex-Vereadora, a Rosângela. E ele coloca essa experiência sempre que pode, uma experiência positiva de como Hip Hop o levou para outros espaços.

O Adriano saiu, mas eu queria falar para ele que também temos um representante, no Conselho Nacional de Saúde, de moradores em situação de rua.

Aproveito a oportunidade para reafirmar a importância do compromisso desse mandato, do mandato do Deputado Federal João Daniel. Fica mais claro que precisamos ampliar seu tempo aqui neste espaço, reconduzindo-o, porque ele representa diversas situações, não só na discussão do movimento agrário, do MST, mas também cada vez mais representa a discussão urbana. Precisamos avançar nessa questão da mobilidade urbana, da reforma urbana.

Aproveito para fazer um convite. Na sexta-feira, dia 17, na Praça Gumercindo Bessa, realizaremos uma atividade com essa população de rua junto com o Centro Pop e a Associação Sergipana de Hip Hop Aliados pelo Verso. Lá faremos esse debate sobre o extermínio da juventude negra, fazendo uma alusão aos 25 anos da Chacina da Candelária.

Então, estamos discutindo esses temas também. Mas, como aqui o assunto é bem específico, nós nos conduzimos dessa forma.

Quero agradecer a oportunidade de viver essa experiência de conhecer pessoas novas e poder encher os pulmões de ânimo, de fôlego. Aprendemos a caminhar com esses espinhos. Vamos continuar regando nosso jardim e daremos flores à nossa população, ao nosso povo.



Só para concluir, é evidente que os números afetam o jovem preto. Ao companheiro do Ceará quero dizer que se considere também negro, porque "negro", hoje, é um conceito cultural. Se a gente está na quebrada, se a gente mora na periferia, o sistema opressor nos tratará dessa mesma forma.

Então, queremos reduzir esses índices de violência na nossa comunidade, tanto em Santa Maria quanto no Coqueiral, na nossa quebrada, com ações que envolvam a juventude, os adolescentes e as crianças.

Estamos aí, estamos juntos. Um cara disse que sou do PCC porque falo assim e tal, mas é só um vício de linguagem, um dialeto. E precisamos introduzir esse e um novo modelo educacional também, porque aí dialogaremos com a nossa realidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (João Daniel. PT - SE) - Muito bem, Mano Sinho.

Nós gostaríamos de agradecer a todos e a todas que nos acompanham pela Internet, pela *TV Câmara*, a todos os movimentos da juventude que aqui estiveram, em nome do Coletivo Quilombo, do Levante Popular, em nome da juventude da periferia. O Mano Sinho já mandou um abraço para a turma do Coqueiral, do Porto Dantas, do Bairro Industrial.

Quero agradecer aqui a todos os que foram convidados para fazer suas exposições, participar, debater e deram esta grande contribuição.

Indago se o Márcio ainda está no plenário, Manuel. Se estiver, eu gostaria de pedir à assessoria da Comissão de Direitos Humanos para que providencie — e peço que você ajude — a publicação deste debate, para que possamos distribuí-lo e levá-lo também aos Estados. Este é um grande debate para fazermos publicamente.

Há 15 anos, nos últimos encontros, quando D. Pedro Casaldáliga ainda estava com boa saúde, em Goiânia, ele participou de um encontro e discutiu esses temas. Esse tema não é novo, já esteve mais escondido, inclusive já se discutia essa questão da violência em Sergipe, cujos números o colocam como o pior Estado do Brasil; e nós nos preocupamos com isso.

Mas eu me lembro que nosso ex-Governador, Marcelo Déda, participou de uma reunião sobre esse assunto de segurança e das estatísticas do Estado em que alguém da segurança disse: *"Olha, isso aqui são dados complicados, pela forma como estão estabelecidos, com essa forma de mostrá-los. Muitos Estados não colocam esses dados*



claramente". E ele disse abertamente: "Eu não quero nenhum dado escondido. Eu quero todos os dados abertos".

Então, eu fico muito preocupado com esses números, mas ao mesmo tempo fico preocupado com o fato de que outros Estados podem ter estatísticas também piores, mas que não são reveladas.

D. Pedro Casaldáliga, quando falava da violência, da juventude, da periferia, dos quilombolas, dos negros, dos indígenas, reportava-se a uma questão muito importante, que acho ser o fio do grande problema da violência e do preconceito no Brasil, que é a questão real: o Brasil nunca fez a democratização da propriedade da terra urbana e rural. Enquanto não tivermos as terras quilombolas e indígenas demarcadas e reconhecidas, enquanto não houver uma reforma urbana, esse problema continuará.

É aquilo que o Sinho colocou aqui: onde está juventude da periferia? Nas favelas, onde foi jogada desde a nossa chamada libertação dos escravos, legalmente oficializada em 1888. Mas somos o único país que não moveu uma palha para democratizar a propriedade e dar aos escravos, aos negros, o direito de propriedade e da distribuição da terra, da reforma agrária.

Então, não temos uma dívida, nós temos um problema real, concreto, pois somos um país que tem a maior quantidade de terras urbanas e rurais, que servem de especulação, que servem de patrimônio, de riqueza de uma minoria rica do campo e da cidade, em troca de uma multidão sem nada.

E aqui, nesta Casa, tudo isso que foi mencionado, esse ódio e preconceito colocado aqui dentro, em grande parte é por conta disso: são bancadas da grande propriedade, ou financiadas por esta, que fizeram o *impeachment* preconceituoso contra as mulheres, odiento, aquela farsa contra a Presidenta Dilma; que votam pela renúncia de 1 trilhão de impostos do petróleo para os próximos 20 anos, que deveriam ser para a educação e saúde; que votam pela entrega do pré-sal, ofertado a 23 centavos o barril agora no último leilão.

Então, o nosso País caminha... E, ontem à noite, foi a votação do fim do Fundo Soberano, o que significa tirar 28 bilhões de reais de reserva que temos, que pode servir para investimento ou para uma crise internacional, ou nacional, para pagar juros da dívida e amenizar a situação deficitária na qual este Governo coloca o País. Hoje, são 43



milhões de brasileiras e brasileiros desempregados: 20 milhões sem emprego totalmente e 23 milhões na economia informal.

Essa questão da violência, esse tema, nós precisamos continuar debatendo. Nós precisamos também continuar acreditando que temos experiências lindas, maravilhosas, no campo e na cidade! Se derem oportunidade à nossa população, ela fará a diferença e construirá uma sociedade diferente.

Tive a oportunidade de conhecer isso um pouco. Aqui, nesta Casa, é muito difícil debater, por exemplo, a questão da juventude, o trabalho que é feito com a juventude, e a questão do sistema prisional cubano. Uma comissão desta Casa foi conhecer esse trabalho. E uma das Senadoras mais conservadoras disse: *"É o único lugar no mundo em que 95% dos presos são recuperados"*. A juventude tem, numa sociedade pobre, lazer, esporte e cultura gratuitos, e a violência é quase zero.

Nós temos um problema sério. O sistema capitalista precisa de muita violência, de muita arma, de muita insegurança, de muita matança, de muita funerária, de muita grade, de cerca elétrica. Tudo isso alimenta esse sistema perverso, capitalista. Acredito que seja assim.

Muito obrigado a todas e a todos os que participaram desta audiência. Em nome da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, em especial do nosso Presidente, o Deputado Federal Luiz Couto, e da nossa autoria neste requerimento, nós queremos agradecer profundamente a todos os que nos acompanharam pela Internet, pela *TV Câmara*, a todos os que estiveram aqui no plenário e principalmente a vocês, pessoas com muita capacidade, que nos deram o prazer de ouvi-los.

Agradeço ao debatedor Helder Rogério Sant'Ana Ferreira, do IPEA; à Sra. Maria de Fátima Marinho de Souza, do Ministério da Saúde; à Sra. Roseli de Oliveira, Coordenadora-Geral de Políticas Temáticas de Ações Afirmativas do Departamento de Igualdade Racial da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial — SEPPIR, do Ministério dos Direitos Humanos; à nossa querida companheira Taíres, do Juventude Quilombola; ao companheiro Mano Sinho, Gerffeson Santos Santana, do Movimento Hip Hop; à Jessy Dayanne, do Levante Popular e da UNE; e à Sra. Rita Cristina de Oliveira, Defensora Pública da União, Coordenadora do Grupo de Trabalho de Políticas Étnico-Raciais da Defensoria Pública da União.



Agradeço ao Gabriel, que trouxe uma ótima contribuição. Muito obrigado pela presença.

Muito obrigado a todas e a todos pela oportunidade de debater esse tema.

Está encerrada esta audiência pública. (*Palmas.*)